

Desenvolvimento de Base

Revista da Fundação Interamericana



Relatos de Sustentabilidade

VOLUME 36

2 0 1 5

A Fundação Interamericana (IAF) é um organismo autônomo de ajuda externa do Governo dos Estados Unidos, criado em 1969 para promover o desenvolvimento de autoajuda mediante a concessão de doações diretamente a organizações da América Latina e do Caribe. Seu orçamento operacional compõe-se de dotações do Congresso dos EUA e de recursos oriundos do Fundo Fiduciário de Progresso Social, canalizados por meio de acordos interdepartamentais e contribuições de doadores externos.

A IAF publica *Desenvolvimento de Base* em inglês e espanhol e posta as versões em inglês, espanhol e português no seu website www.iaf.gov. As opiniões expressas não são necessariamente as das IAF. O material original produzido pela IAF e publicado em *Desenvolvimento de Base* é de domínio público e pode ser livremente reproduzido. No entanto, certos materiais foram proporcionados por outras fontes e poderão ter direitos autorais. A reprodução desse material poderá requerer autorização prévia do detentor de direitos autorais. A IAF solicita notificação de qualquer reprodução e menção da fonte. Números anteriores estão disponibilizado on-line. Para receber a revista, enviar e-mail a publications@iaf.gov ou correspondência postal ao seguinte endereço:

Desenvolvimento de Base
Fundação Interamericana
1331 Pennsylvania Ave., N.W., Suite 1200
Washington, D.C. 20004

O propósito desta revista é compartilhar experiências em desenvolvimento de base com uma variedade de leitores. A redatora incentiva o envio de artigos sobre temas relevantes que tratem, embora sem exclusividade, dos seguintes temas:

- como a população de baixa renda da América Latina e do Caribe se organiza e trabalha para melhorar as suas condições de vida;
- problemas e tendências da comunidade em desenvolvimento; e
- como as instituições colaboram para promover o desenvolvimento da região.

Para obter informações mais detalhadas, favor dirigir-se por correio a Paula Durbin ao endereço acima indicado ou por e-mail a pdurbin@iaf.gov.

Capa e página oposta: Uma doação da IAF permite a Reef Check da República Dominicana auxiliar os pescadores a proteger a diversidade do ecossistema marinho contra o invasor peixe-leão. Foto da capa cortesia de Reef Check.

Impressão em papel reciclado, com tinta derivada da soja.



The Inter-American Foundation

Robert N. Kaplan, Presidente

Conselho Diretor

Eddy Arriola, Presidente
Thomas Dodd, Vice-Presidente Interino
J. Kelly Ryan
John P. Salazar
Jack Vaughn
Roger Wallace

Desenvolvimento de Base

Revista da Fundação Interamericana

Redatora-Gerente: Paula Durbin
Redator Colaborador: Eduardo Rodríguez-Frías
Editor Fotográfico: Mark Caicedo
Edições em outros idiomas: João Bezerra,
Darío Elías, Aura Triana-Pacheco,
Desenho e impressão: U.S. Government
Publishing Office



www.iaf.gov

Desenvolvimento de Base

Revista da Fundação Interamericana

VOLUME 36

2 0 1 5



José Alejandro Alvarez

Sumário

Relatos de Sustentabilidade

Módulos de Laticínios:

Uma ideia que sobreviveu o Sendero Luminoso

De Martin Scorrach e Custodio Bojórquez 1

Os tecelões de San Isidro

De Patrick Breslin 6

Desafiando o Rei dos Recifes

De Jenny Petrow, Ana Carmona, Azucena Díaz e Gabriela Boyer 14

A Forum for Fellows Findings

Poetas, palhaços e tramitações:

Caminho entre a cultura burocrática no Brasil

By Anne Gillman 23

Sementes de luta na Colômbia

De Laura Gutiérrez Escobar 30

Na IAF

Rede Ecovida e além

De Juliana Menucci 36

In Memoriam

Bill Dyal: Bondade generosa e ma vida bem vivida

De Steve Vetter 39

Relatos de Sustentabilidade

“O universo é feito de histórias, não de átomos”.

Esta afirmação, tirada de um poema de Muriel Rukeyser, está inscrita em uma placa na calçada da Biblioteca Pública de Nova York e é citada em discursos que vão de sermões a palestras sobre ciências. Certamente se aplica ao universo na concepção da Fundação Interamericana. Há mais de quatro décadas a IAF tem investido nas ideias e trabalho das organizações dos pobres e estas têm reciprocado com uma profusão de relatos que valiam o desenvolvimento de base e animam as páginas desta revista. Essas histórias devem ser contadas para que as realizações de pessoas reais que vencem as dificuldades sejam divulgadas como prova de que é possível.

Nos últimos anos a IAF tem recebido por e-mail relatos encapsulados de organizações financiadas nos inícios das décadas de 1970 e 1980 que saíram de cena — algo compreensível talvez, dada a existência de mais de 5.000 ex-donatários parceiros em todo o hemisfério. O relato de Martin Scurrah estava entre as mensagens extraordinárias que inspiraram este número de *Desenvolvimento de Base* e o relato dele aqui tem antecedentes. Há quase 30 anos esta revista incluiu um artigo de Scurrah e outros sobre um conjunto de empresas comunitárias de laticínios financiadas pela IAF nos Andes do Peru. O artigo terminou com uma “nota de precaução” sobre o perigo do Sendero Luminoso, de fato prevendo a devastação causada pela insurgência maoísta. Fim da história, ou pelo menos assim parecia. Mas há pouco Scurrah sem querer descobriu um retorno notável. Embora a instituição donatária tenha fugido e a infraestrutura desaparecido, a ideia ficou enraizada em uma comunidade cujos residentes nunca se esqueceram de que outrora tinha funcionado bem. A narrativa de 2015 de Scurrah e de Custodio Bojórquez conta a história de agricultores determinados que tinham abraçado o método bem-sucedido e ensinaram o conceito e as lições a seus filhos.

Relatos como este nos transmitem perspectivas sobre sustentabilidade, palavra que precisa urgentemente de definição. Exatamente o que significa? Eu diria que uma conotação é a continuidade. Os artigos aqui expressam a noção de desenvolvimento sustentável examinando precisamente o que continua quando as circunstâncias mudam. Como as pessoas trabalham em conjunto para enfrentar novos desafios ou explorar novas oportunidades? Uma comunidade colombiana prospera embora a tradição especial de tecelagem que a tinha conduzido em épocas difíceis seja menos praticada e o museu que a apoiava tenha fechado. A subsistência permanece se os pescadores protegerem os ecossistemas para que o mar produza os benefícios no futuro. Os agricultores ganham independência recuperando sementes de seu patrimônio. E, como sabe muito bem a IAF, programas governamentais imaginativos perdem quando funcionários públicos dedicados creem na missão, envidam um esforço especial, adotam um enfoque inovador e ajudam as pessoas a aprender.

Às vezes os relatos são deixados de lado como atípicos, sem rigor ou são suscetíveis a tendências. Simplesmente não “servem”. Mas o poder dos relatos para ilustrar verdades complexas é inegável. Os aqui apresentados são tirados da coleção de experiência de campo da IAF e testemunham a engenhosidade, resiliência e compromisso encontrado nas comunidades em toda a América Latina e o Caribe. Esperamos trazer muitos outros.



Robert N. Kaplan
Presidente e Diretor Executivo
Fundação Interamericana

Módulos de Laticínios: uma ideia que sobreviveu o Sendero Luminoso

De Martin Scorrh e Custodio Bojórquez

Os programas agrícolas falham muitas vezes quando a tecnologia, a maquinaria e os insumos não são apropriados para o contexto. Na década de 1970 o Instituto Veterinario de Investigaciones Tropicales y de Altura (IVITA), centro de pesquisas veterinárias aliado à Universidade San Marcos, a mais antiga instituição de ensino superior das Américas e a de maior prestígio do Peru, propôs-se a elaborar Módulos de Laticínios, um método para a produção de leite que se ajustava às condições das comunidades rurais andinas. Consistia em transformar terras irrigadas em pastagens para alimentar vacas de raça. A IAF concedeu uma doação ao IVITA em 1983 para aprimorar esse “pacote” e adotá-lo em cinco comunidades do Vale del Mantaro, duas delas situadas na parte baixa e três nas encostas a cerca de 4.000 metros acima do nível do mar.

Segundo a descrição publicada no relatório anual da IAF de 1983, a doação à IVITA deveria ser desembolsada em três anos. No entanto, o último desembolso somente foi feito em 1991. Os registros da IAF até 1991 refletem reajustes realizados durante os oito anos em que permaneceu ativo o projeto, alguns dos quais estavam claramente destinados a enfrentar a hiperinflação no Peru, iniciada na década de 1980 e que atingiu 2.000.000% em 1990. Além de uma crise econômica nacional, a iniciativa promissora da IVITA enfrentou o Sendero Luminoso, o grupo insurgente maoísta e violento que aterrorizou o Peru de 1980 a 1992, decidido a impor uma visão extrema de engenharia social. Em seu relatório publicado em 2003, a Comissão da Verdade e Reconciliação do Peru calculou que o saldo de mortes tinha sido de 70.000 peruanos, o que classifica essa insurreição entre as mais sangrentas da história da América do Sul. Infraestrutura de valor superior a US\$ 10.000 milhões foi destruída em

uma campanha incansável destinada semear o caos e a instabilidade e levar o governo à falência.

O Sendero Luminoso reclamou como “zonas liberadas” as comunidades do altiplano que participavam do projeto do IVITA e atacou seus meios para ganhar a vida, exigindo que os camponeses parassem de produzir leite e rompessem os vínculos com os mercados do vale. Aqueles que questionassem essas exigências ou se opusessem a elas eram ameaçados de morte, da mesma forma que os líderes comunitários e os profissionais que trabalhavam para o IVITA, inclusive o Dr. Horacio Acuña, coordenador da equipe, se não se retirassem. Embora nenhuma das pessoas relacionadas com o projeto do IVITA tivesse morrido, um cidadão dos Estados Unidos e um agrônomo peruano que trabalhavam em um projeto da USAID foram assassinados. A intimidação funcionou. Os técnicos do IVITA suspenderam as atividades e encerraram o projeto. Parecia que todos os esforços tinham sido em vão.

Em 2014, regressei a diversas comunidades do Vale del Mantaro nas quais, em virtude de um contrato com uma organização não governamental



Veterinários do IVITA atendendo a uma vaca ferida em 1986.

Cortesia do IVITA



peruana, eu tinha acompanhado os avanços do IVITA na década de 1980. Para minha surpresa, encontrei uma paisagem transformada. O altiplano, antes coberto de pastagens amareladas, tinha reverdecido com pastagens melhoradas e ricas nos nutrientes essenciais para produzir leite; os campos antes semeados com batata e milho cederam lugar a plantações de alfafa e cereais para forragem; as propriedades agrícolas nas quais pastava somente gado nativo tinham agora manadas de vacas pardo-suíças adaptadas à grande altura. Nos campos, nas comunidades e nas pequenas cidades e em Huancayo, a capital da região de Junín, situada a cerca 3.200 metros acima do nível do mar, um nível palpável de prosperidade contrastava acentuadamente com a situação existente quando o IVITA e a IAF foram forçados a sair. Transcorridos mais de 25 anos após o fim da insurreição, os moradores se tinham empenhado em revitalizar a produção de leite, que agora está prosperando apesar da violência política e da instabilidade econ mica que a tinham afetado.

Enfoque adotado, logo posto em perigo

Nas décadas de 1970 e 1980 a equipe de profissionais do IVITA, como resultado da experiência com o modelo tradicional europeu promovido pela entidade de ajuda da Alemanha no Peru, adotou um enfoque mais simples de produção de leite para as proprie-

dades agrícolas pequenas e m dias. Essa variação adaptou-se às necessidades das comunidades de agricultores dos Andes que tinham a parcela mínima requerida de cinco hectares com acesso   irrigação uma vez por semana, três variedades de pastos e dois legumes, suficientes para a pastagem de 15 vacas e um touro. Nas comunidades situadas a uma altura de até 3.500 metros sobre o nível do mar seria introduzido o gado Holstein e nas comunidades situada a mais de 3.500 metros o Pardo-Su o. Seriam instaladas cercas elétricas para fazer rodízio do gado em seções da parcela. A produção diária por vaca prevista era de tr s a 10 litros, a qual deveria continuar por mais de 249 dias após o nascimento e bezerros. (Os agricultores estavam tirando cinco litros.) Os touros proporcionados pelo IVITA seriam também disponibilizados aos pecuaristas não participantes para cobrir suas vacas.

O apoio da IAF permitiu ao IVITA adotar este enfoque em cinco comunidades de camponeses do Vale del Mantaro. Os pecuaristas eram muito receptivos e começaram a adaptar os novos métodos em suas propriedades agrícolas, desenvolver suas terras de pastagem e utilizar o touro comunitário para melhorar suas manadas. Os resultados iniciais da aplicação das novas técnicas   produção de leite eram promissores, apesar do limitado acesso   água e das baixas temperaturas do altiplano. Mas em 1990 a hiperinflação e a inseguranç a determinaram o final do projeto. Arsenio Damián, atual presidente da Chaquicocha, também era presidente quando a comunidade participou do projeto do IVITA. Recentemente lembrou a experiência de Chaquicocha com o Sendero Luminoso:

Em març o de 1988, o [Sendero] destruiu a Sociedad Agrícola de Inter s Social "Heroínas de Toledo",   qual estava afiliada a comunidade de Chaquicocha. Como os moradores não estavam acostumados a este nível de violência, não o consideraram importante. Em 1  de maio apareceram as primeiras "pinturas". Da noite para o dia a praça ficou coberta de slogans do Sendero, mas não nos preocupamos muito. O sofrimento começ o com as ameaças à noite. Tudo acontecia   noite, não durante o dia. Os terroristas começaram a tirar as pessoas de casa e a obrigá-las a ir à praça. Começaram a gritar: "Quem são as autoridades? Para onde vocês acham que vai o dinheiro da produção de leite? Para onde vocês acham que vai o dinheiro da engorda dos animais? Para onde vocês acham que vai o dinheiro de

seu trabalho, de suas colheitas e todo o resto?” Quando fui ao IVITA, um de seus escritórios tinha sido dinamitado e os professores me disseram que todos estavam ameaçados. O Doutor Horacio Acuña me disse que o Sendero Luminoso estava procurando o diretor da equipe e que sua casa em Huancayo estava sendo vigiada.

Começaram a destruição depois do que chamavam de “conscientização”. Em seguida, depois de dois ou três meses de destruição, continuaram exigindo: “Eliminem isso! Eliminem aquilo!” Incendiavam as coisas e exigiam que os animais produtores de leite fossem distribuídos; tudo deveria desaparecer. Muitos residentes perguntaram por que tínhamos que destruir nossos tratores, nosso gado? É o nosso meio de subsistência. “O que é que vocês querem? Querem que regressemos a outra era? Como vamos a trabalhar no campo?”, lhes perguntamos. “Tudo deve ser deixado”, nos disseram. Os que se queixavam ficavam marcados.

Quando terminou a doação da IAF, pensávamos que tudo estava ou em breve estaria perdido. A maioria do gado de raça foi sacrificado. Alguns camponeses conseguiram salvar algumas vacas escondendo-as quando os terroristas chegavam perto de suas propriedades ou levavam os animais para dentro de casa, um ato de desespero que punha em perigo toda a família. Devido às ameaças, o presidente da

comunidade, Arsenio Damián, teve de sair do país e foi para Estados Unidos para trabalhar como pastor no Meio Oeste, onde sofria com saudades de sua terra. Depois que Abimael Guzmán, líder do Sendero Luminoso, foi capturado, Damián regressou ao Vale del Mantaro para começar o árduo processo de cultivar a confiança que lhe permitisse recuperar sua posição na comunidade.

Recuperação

Na década de 1990, o governo peruano concentrou-se em estabilizar a economia e normalizar a situação política. No Vale del Mantaro os efeitos só foram sentidos no século seguinte, quando o crescimento econômico de 4% a 6% mantido durante duas décadas criou as condições necessárias para gerar produtividade, inclusive para as fazendas de laticínios. A maior demanda nas zonas urbanas devido ao surgimento de uma classe média pujante, atraíram em 2005 ao vale Glória, a maior indústria de laticínios do Peru, um ponto de referência para os produtores locais. Glória utilizava incentivos para encorajar melhorias na qualidade do leite; garantia preço constante e pronto pagamento e aumentou o preço de seus competidores, dos quais tinham dependido os produtores. Isso contribuiu para o desenvolvimento de um mercado confiável e crescente para o leite. Os pecuaristas de



Kathryn Shaw

Painéis solares permitiram a operação de cercas elétricas.

qualquer escala podiam vender sua produção a Glória a um preço estável ou vendê-la a compradores menos estabelecidos que poderiam oferecer um preço mais alto, mas nem sempre cumpriam seus compromissos.

Na segunda metade da década de 1990 programas sociais como o Programa Nacional de Apoio Alimentar (PRONAA), que ofereciam café da manhã nas escolas, incentivaram a produção de leite fresco pasteurizado e mais tarde iogurte líquido. Quando o PRONAA cessou suas atividades em 2011, algumas plantas desapareceram, mas outras, como CONCELAC e Dolce Latte, se tinham diversificado para fornecer sorvete, iogurte e queijo aos prósperos centros comerciais de Lima e às capitais provinciais, entre a quais figurava Huancayo. Como Glória, estas empresas pagavam preços competitivos por boa qualidade. Os produtores de leite da comunidade de Huanchar, na parte baixa do vale, foram os primeiros fornecedores da CONCELAC.

Com um mercado estável, os produtores e suas associações estavam mais dispostos a investir na pecuária, aumentar a área e a qualidade das pastagens, plantar cereais para forragem e construir silos e estábulos para a ordenha. O aumento do financiamento aos governos municipais, um dos resultados da descentralização de funções oficiais e da devolução de recursos públicos, iniciadas pelo Governo peruano, permitiu às autoridades locais investir em infraestrutura que beneficiasse os agricultores e pecuaristas, tais como canais de irrigação, áreas de armazenamento e instalações para a ordenha. Por exemplo, um novo canal de irrigação que corria ao longo da margem direita do Rio Mantaro, contribuiu para aumentar a produção de alfafa para os mercados situados nos arredores de Lima e foi uma bênção para os pecuaristas que estavam desenvolvendo suas terras de pastagem, o que mais tarde estimulou o aumento do gado.

As pastagens do vale e os cereais para forragem deslocaram alguns cultivos tradicionais, tais como a batata. Graças às rodovias, que têm melhorado o acesso, outras regiões do Peru agora abastecem de milho e batata os mercados de Lima, ao passo que o vale, antigamente considerado a dispensa de Lima, se beneficia do mercado lucrativo de laticínios da capital. O leite não somente gera para os pecuaristas renda mais alta do que o milho e a batata, mas oferece um fluxo monetário mais confiável e constante todo o

ano, em oposição ao pagamento sazonal das colheitas. E no contexto da mudança do clima, a agricultura implica mais riscos do que a produção de laticínios, a qual pode suportar melhor as geadas e o granizo.

Em condições que favorecem suas empresas, os produtores beneficiam-se muitas vezes do deslocamento de competidores que não estão tão bem situados, mas isso não parece ser o caso no Vale del Mantaro. Das grandes associações de cooperativas criadas como resultado da reforma agrária empreendida durante o governo militar da década de 1970, somente duas sobreviveram e o vale só tem uma pequena quantidade de fazendas de gado leiteiro de tamanho médio. Uma parte significativa do volume de leite ainda provém de pecuaristas das comunidades que produzem em pequena escala e continuam a aumentar o tamanho e melhorar a qualidade de seus rebanhos, pastos e forragem.

As cinco comunidades em que o IVITA tinha introduzido seu enfoque experimental continuam a trabalhar sob a direção dos filhos dos que estavam encarregados na década de 1980. Reconstruíram lentamente o que o Sendero Luminoso tinha destruído e fizeram isso sem os recursos do IVITA ou da IAF. “Os pecuaristas investiram muito lentamente, de acordo com os recursos de que dispunham, porque os bancos são perigosos”, disse Damián, cuja experiência o levou a evitar os empréstimos. “Estes camponeses são muito cuidadosos e vão pouco a pouco, lentamente introduzindo melhorias na produção do leite”.

A maioria dos pecuaristas se lamenta, porque caso se tivessem beneficiado do apoio externo ou se simplesmente não tivessem sido obrigados a recomençar, seu gado, suas pastagens e sua produção de queijo teriam sido melhores. Mas orgulham-se das aptidões que seus pais aprenderam dos profissionais do IVITA e que lhes transmitiram, bem como do que conseguiram. Essas aptidões têm perdurado e passam de uma comunidade a outra, resultando em melhor produção de leite e de certa forma em um gado um pouco melhor. “Naturalmente a produção não é o que era antes de o projeto terminar, porque aquelas eram vacas boas”, diz Miguel Paguiyouri, pecuarista de Iscos, outra comunidade que tinha participado do projeto do IVITA. “Eu me lembro de uma a que chamávamos de Poronguita. Produzia como 20 litros por dia. Vinte litros!”

Conclusão

Na década de 1980, o economista Albert Hirschman publicou seu livro *O Progresso em Coletividade*, baseado em sua análise de uma série de donatários da IAF. Entre as ideias que apresentava estava a noção da conservação e mutação da energia social. Afirmava que quando os esforços coletivos destinados a conseguir uma mudança são frustrados ou reprimidos em um determinado momento, a energia derivada da aprendizagem não desaparece, mas é preservada, surgindo e florescendo novamente quando as condições são apropriadas.

O programa de produção de leite do IVITA é um exemplo dessa teoria. No fim da década de 1990, a violência política e a crise econômica pareciam ter extinguido os produtores de leite do Vale del Mantaro. Mas embora os terroristas do Sendero Luminoso tenham obrigado os pecuaristas a destruir tudo o que tinham, eles permaneceram no vale e,

sem nenhuma ajuda externa, revitalizaram a forma anterior de vida quando o contexto econômico e político melhorou. Hoje esses camponeses continuam a adaptar o enfoque lançado pelo IVITA na década de 1980 sem perder nenhuma característica distintiva. Além disso, adaptaram-se ao novo mercado e ao novo clima, de modo que de uma semente plantada em terreno que parecia árido agora surge um fruto.

Martin Scorrach é pesquisador independente que prestou serviços de apoio a projetos financiados pela IAF no Peru na década de 1980. Custodio Bojórquez, especialista em pastagens com mestrado da Massey University, da Nova Zelândia, ensina na Faculdade de Medicina Veterinária da Universidade de San Marcos em Lima. Fez parte da equipe que formulou o enfoque adotado nas comunidades do Vale del Mantaro. Os autores agradecem todas as pessoas que contribuíram para este artigo, especialmente Edgar Olivera, por sua ajuda na programação e realização das entrevistas.

Ossos do ofício

O pessoal da IAF, contratantes e donatários tiveram que negociar situações precárias perpetradas por regimes, insurgências e, mais recentemente, criminosos. Carlos Lingán, contador público e decano do corpo de auditores da IAF, trabalha neste setor há mais de 30 anos e fez auditorias na época do Sendero Luminoso.

No início da década de 1990, eu estava fazendo auditoria em um banco de sementes rotativo financiado pela IAF em um convento em Humachuco, nos altiplanos perto de Trujillo, a cerca de 550 quilômetros de Lima. Do aeroporto de Trujillo tomei um ônibus para Humachuco e na serra um pneu furou. De acordo com outros passageiros, a área era controlada pelo Sendero Luminoso, a organização insurgente maoísta que aterrorizou o Peru de meados da década de 1970 ao início da década de 1990. Por mais estranho que pareça, a situação me pareceu normal; eu já tinha viajado por lugares como este. O pneu foi trocado e cheguei ao convento à noite. O pessoal do donatário me entregou todos os documentos de que eu precisava para iniciar minha auditoria.

Saí cedo na manhã seguinte para visitar os agricultores, a fim de verificar se tinham recebido sementes e terminei quase ao cair da noite. No regresso a Humachuco, a 5.000 metros acima do nível do mar, outro pneu furou, mas desta vez não havia sobressalente. Caminhamos cerca de quatro horas na escuridão para conseguir ajuda. Acho que o gerente de projetos estava navegando com as estrelas. Quase às 21h00 chegamos à estrada principal, com fome, com sede e com frio. Naquela hora não havia transporte público, dada a ameaça constante de terrorismo, mas nós nos sentamos e esperamos. Cerca de uma hora mais tarde, ouvimos o ruído de um caminhão. O gerente de projetos se aproximou do motorista. “Estamos salvos”, pensei, e me apresentei. Dois oficiais da polícia com armas automáticas me interrogaram no estilo militar e disseram que podíamos viajar na carroceria com a carga. Não havendo outra alternativa, subimos apoiando-nos no pneu traseiro e pulamos para a carroceria, onde havia um terceiro oficial armado. A carga com que estávamos viajando eram caixas e caixas de dinamite a caminho das operações de uma mina próxima, escoltada pelos militares por medo de que os terroristas sequestrassem os explosivos. Uma única fagulha no caminhão e eu não estaria aqui para contar esta história.

Os tecelões de San Isidro

De Patrick Breslin

Em 1982 Deborah Szekely — a terceira presidente da IAF — realizou sua primeira viagem oficial à Colômbia pouco depois de assumir o cargo. Em Bogotá, ela descobriu o Museu de Artes e Tradições Populares, donatário da IAF que assessorou os artesãos e os ajudou a obter preços mais altos melhorando seu artesanato e a comercialização. Estava em exposição uma coleção de tapeçarias de lã de San Isidro, uma comunidade aninhada nas montanhas que flanqueiam Bogotá ao leste. Szekely, proprietária de dois spas que exibem arte e artesanato — o Golden Door na Califórnia e o Rancho la Puerta em Tecate, México — anunciou a intenção de adquirir todos as 15 tapeçarias. Para o pessoal do museu e na IAF o gesto pareceu um capricho impulsivo típico de estadunidense endi-

nheirado. Mas Szekely tinha suas razões. “Eu percebi que as tapeçarias eram a história da comunidade”, explicou ela. “Se fossem vendidos separadamente, a narrativa se teria perdido. Portanto, eu decidi comprar todas, para que permanecessem juntas”.

Desde então a maioria daquelas tapeçarias ficou guardada em sua casa. O ano passado, ela decidiu expô-las na reabertura do New American Museum que tinha fundado em San Diego. Considerou que a história narrada pelas tapeçarias era relevante para homenagear, por parte do museu, os imigrantes latino-americanos e asiáticos e suas contribuições para a diversidade dos Estados Unidos e de sua cultura. Mas depois de 32 anos, os detalhes da história se desvaneceram e as poucas etiquetas afixadas aos tecidos não



San Isidro.

Todas as fotos por Patrick Breslin



Carmen Samper, Cecilia Duque Duque, Sara Cerón e Marina Cerón na casa de Samper.

falavam muito de seus criadores. Szekely recordou a menção de uma doação da IAF concedida a uma ex-voluntária do Corpo da Paz para ensinar tecelagem às mulheres da comunidade. Dado seu enfoque no desenvolvimento de baixo para cima — apoiar financeiramente as ideias das pessoas na base em vez de decidir o que precisam aprender — não parecia ser a forma de operar da IAF. Então, quem as ensinou? De que tratavam as tapeçarias? Algumas, por exemplo, mostravam caminhões e soldados uniformizados. San Isidro se parecia com centenas de assentamentos ilegais da América Latina, onde os pobres construíam abrigos frágeis em propriedade pública ou privada e resistiam ao despejo. Era fácil deduzir que os soldados estavam removendo as pessoas da terra. Então, como o bairro sobreviveu? E o que aconteceu com os tecelões?

Em agosto passado, Szekely me pediu para encontrar os tecelões de San Isidro e identificar sua história. O New American Museum tinha aberto suas portas em 2008, mas dois anos depois, uma disputa legal o fechou. Szekely levou quatro anos para recuperar a chave. Para atrair as pessoas para a reabertura em janeiro, ela planejou exibir a descrição em tecelagem de uma comunidade construída por refugiados e também pinturas e criações multimídia da colombiano-americana Carolyn Castaño. A obra da artista de Los Angeles se tinha desenvolvido na própria experiência com um grupo mais recente de colombianas obrigadas a deixar

o lar pela violência política e que estavam aprendendo a tecer em abrigos da cidade de Medellín.

Antigos colegas me indicaram colombianos que tinham estado relacionados com o artesanato e com San Isidro nas décadas de 1960 e 1970. Ninguém se lembrava de uma voluntária do Corpo de Paz, mas outro nome surgiu: Olga de Amaral, artista colombiana de fama internacional por seus resplandecentes, às vezes monumentais, tapeçarias que combinam fios de lã com diversos tecidos e metais preciosos, como o ouro. Armado com fotos coloridas da coleção de Szekely, viajei a Bogotá para me encontrar com Cecilia Duque, fundadora e diretora do Museu de Artes e Tradições Populares, onde Szekely viu pela primeira vez as tapeçarias. Uma autoridade reconhecida internacionalmente em artesanato, Duque tinha publicado livros que documentam as tradições folclóricas de toda a Colômbia. Em 1990, o Presidente César Gaviria a nomeou diretora de Artesanato da Colômbia, um organismo do Ministério de Desenvolvimento encarregado de prestar assistência aos artesãos. Ela continuou no cargo sob cinco presidentes sucessivos (ver *Desenvolvimento de Base* 2009).

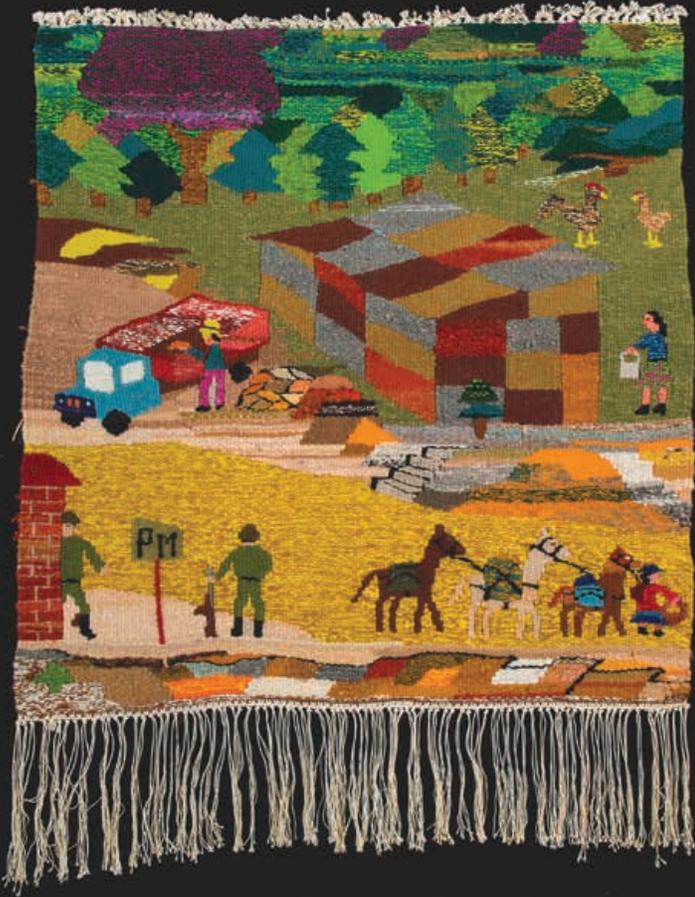
Quando cheguei a Bogotá, Duque tinha encontrado alguns dos tecelões que continuavam a morar no bairro e coordenou uma reunião. Fiquei surpreso ao ver que o caráter de San Isidro não se tinha perturbado com o crescimento incessante de Bogotá cuja

1. A paisagem da selva imaginada por Ricardo e Jesús Chipó.
2. Representação de Hernández de um dinossauro.
3. Um dia na vida de San Isidro.
4. Escola de San Isidro
5. "A textura da vida é tecida nestas cenas tranquilas."

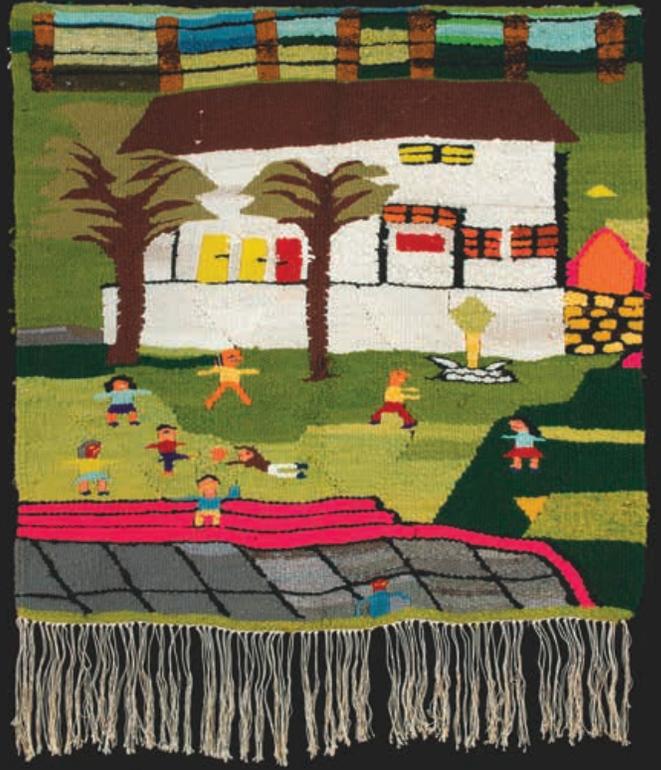
1.



2.



3.



4.



5.

população superava sete milhões de habitantes. Nos últimos 60 anos, a capital colombiana expandiu-se na savana plana circundante como um rio transbordante, mas a cordilheira oriental, cujo corte abriga San Isidro, é um dique que canaliza as novas construções ao longo do eixo norte-sul.

Duque e eu nos reunimos no apartamento espaçoso de Carmen Samper em um arranha-céu a poucas quadras da base das montanhas. Com Samper estava Sara Cerón, uma das tecelãs iniciais, vestida de saia e suéter, com alguns fios prateados em sua cabeleira negra; e Marina Cerón, sua filha, esbelta e informal em jeans, cabelos castanhos até os ombros tocando sua jaqueta de couro cintada. Samper caminha com dificuldade e tem problemas respiratórios. Ao ficar viúva, mudou-se de sua casa a um apartamento em um bairro chamado El Refugio, nos arredores da cidade logo abaixo de San Isidro. Ali, na década de 1960, ela e Silvia de Liévano, ambas membros da comissão local de ação social, ficavam impressionadas com a procissão quase diária de mulheres e crianças que levavam frutas e ramos de flores silvestres das altas encostas até a Calle 85, uma artéria muito transitada onde os residentes de Bogotá iam fazer compras. “Nós os víamos quando passavam por nossas casas”, se lembraria Carmen mais de 50 anos depois. “Eu queria saber o nível de ensino. “Não”, eles me diziam, “nós não temos escola”. A construção se tinha desmoronado. Então Silvia e eu começamos a organizar uma escola em minha casa e a pensar o que mais se podia fazer. Algumas mulheres estavam interessadas em aprender a tecer. Recorremos a nossos vizinhos em busca de ajuda”. Uma dessas vizinhas era Olga de Amaral, já então uma artista de sucesso.

Entrei em contato com Diego Amaral, seu filho, o qual me informou que ela se estava recuperando de uma cirurgia e que não podia receber visitas mas aceitaria uma entrevista telefônica. “Quando Carmen e Silvia me contataram, eu acabava de ler um livro que mostrava tapeçarias de paisagens do Egito feitas em um simples telar”, me disse Amaral por telefone. “Isso me inspirou a ver se seria possível fazer algo parecido na Colômbia”. Em 1964, ela levou dois telares rústicos a San Isidro e também convidou duas mulheres do bairro a seu estúdio para aprenderem mais sobre o artesanato. “Nós começamos a ensinar e as mulheres gostaram do trabalho”, explicou. “Trata-se de



Ricardo e Jesús Chipo como meninos e hoje.

uma técnica simples, fácil de ensinar. Eu lhes disse apenas para tecerem as cenas que presenciavam a seu redor, as cenas da vida cotidiana”. Posteriormente, ela enviou um assistente para continuar o treinamento. Sara Cerón se lembra de que chegava a haver até 61 pessoas juntas para aprender.

Alguns tecelões passaram rapidamente além da assessoria de Amaral. Olhando mais detidamente algumas das tapeçarias se podiam ver criaturas fantásticas. Em um tecido um animal de aspecto feroz, com garras nos pés, dividia a cena com pássaros, cavalos de carga e pessoas. “É um dinossauro”, me disse com naturalidade a tecelã Ana Irene de Hernández quando a visitei em sua casa em San Isidro. “Eu gostava de pôr dinossauros”. Alguns tecelões empregavam a perspectiva em seus trabalhos; as casas mais longínquas na montanha eram menores do que as casas ao longo do caminho. Outras tapeçarias são mais planas, mais do tipo arte primitiva, mas as figuras parecem mover-se em diagonal ou ziguezague, transmitindo dinamismo. Uma cena de Natal mostra aos três reis magos aproximando-se à

distância. Outra tapeçaria complexa cheia de tensão, com massas de imagens em confrontação, não é absolutamente uma representação da comunidade, mas uma forma em que dois irmãos adolescentes, Jesús e Ricardo Chipó, inspirados por um seriado de aventuras popular no rádio, imaginaram uma paisagem de selva povoada de “nativos” com lanças e faixas vermelhas, um conto de fábulas de animais e pássaros selvagens e inclusive dragões temíveis.

Em sua maioria, porém, os tecelões se ativeram à sugestão de Amaral. Suas criações ilustram a vida diária de San Isidro e os eventos-chave de sua história — minúsculos teares significando a introdução da tapeçaria, casas pré-fabricadas que substituíram refúgios improvisados de lata e papelão e a abertura da escola cujo aparecimento indica seu papel fundamental na comunidade e nas aspirações dos moradores. Os teares eram simples estruturas retangulares em pé,

sem uma lançadeira. Os dedos fazem todo o trabalho. O tecelão estende verticalmente cordas de algodão entre as barras horizontais; a seguir, passa a lã colorida através das cordas para fazer as figuras, baixando cada fila com a ponta dos dedos ou com um garfo para o tecido ficar apertado. “No início”, disse Samper, “Olga fornecia a lã de seu workshop. Mais tarde fizemos acordos com outro vizinho cuja família tinha terras onde a gente criava ovelhas, para comprar lã”. Quando os tecelões começaram a produzir tapeçarias, a atenção se concentrou neles como fonte de renda adicional para suas famílias. Quando as primeiras tapeçarias estavam prontas para a venda, foram exibidas na casa de Carmen de Samper, mas ela se incomodou com tanta gente desconhecida passando por sua casa. Então Samper e Liévano recorreram a Cecilia Duque para um ponto de venda mais apropriado e as tapeçarias foram comercializadas por meio do museu.



O mostruário que captou a atenção de Szekely em 1982 fora produzido em uma onda de criatividade iniciada no fim da década de 1960. As tapeçarias apresentam uma comunidade atarefada: pessoas cuidando dos animais; homens trabalhando nas pedreiras e carregando pedras em caminhões ou cortando lenha; mulheres e crianças juntando flores e frutos silvestres para vender. Construção de novas casas e casais que as mobíliam; crianças que correm e brincam perto da escola. A textura da vida é tecida nestas cenas tranquilas. Mas os fundadores de San Isidro tinham sido migrantes e a migração na trágica história da Colômbia geralmente foi motivada pela violência. Para conhecer as origens do bairro combinei com Marina Cerón para visitar sua casa.

Para chegar a San Isidro toma-se um coletivo ou ônibus pequeno na Sétima Avenida de Bogotá para La Calera e viaja-se aproximadamente 10 minutos, descendo quando se vê ao longo do caminho filas de fontes de jardim construídas de pedra branca e superpostas como bolo de noiva ao lado de pilhas de paralelepípedos e telhas de diversas tonalidades. O bairro sobe acentuadamente da estrada; a via principal passa por uma escola com um amplo pátio cercado e sobe a ladeira serpenteando através de um labirinto de casas coloridas de um ou dois andares com tetos de metal, tendo no fundo um denso bosque de pinheiros nas encostas mais altas. Árvores e arbustos em flor permeiam a encosta e adornam as casas. Recentemente San Isidro foi incorporado à cidade de Bogotá e rebatizado Bosques de Bela Vista em virtude da esplêndida vista dos subúrbios do norte e a savana um pouco além. Há 65 anos estas encostas estavam cobertas com uma variedade de árvores e plantas, especialmente flores silvestres, e entrelaçada com canteiros de pedras. A terra e os canteiros pertenciam ao Exército colombiano, cuja escola de cavalaria estava na borda de Bogotá ao pé das montanhas.

Marina me levou para dar uma volta pelo bairro, o que incluiu uma visita à sua tia, Ana Irene de Hernández, também do grupo original de tecelãs, e depois ao recinto compacto onde vivem três gerações de sua família imediata, junto à oficina de tecelagem que abriga a MAKÓ, o negócio da família. Ali conheci seu pai, Ismael Cerón, um homem baixo e troncado, de poncho cinzento, que claramente aprendeu tudo o

que se precisava saber sobre postura correta durante seu serviço militar na década de 1950.

Em 1948, um assassinato político em Bogotá causou uma conflagração em grande escala no país, provocando a mais prolongada guerrilha da América Latina e que continua ainda hoje em dia. (O governo e a principal organização guerrilheira estão atualmente se reunindo em Havana para negociar a paz.) Em 1950, segundo me contaram Ismael Cerón e a tia de Marina, Ana Irene, naquela época crianças, a violência arrasou povoados como Albán e Guaduas, próximos a Bogotá, matando alguns de seus residentes e obrigando os sobreviventes a fugir para a relativa segurança da capital. (Ana Irene mais tarde compôs e até agora canta uma balada sobre suas lembranças dos eventos ocorridos quando tinha cinco anos.) Aproximadamente ao mesmo tempo, a escola El Calvario se estava ampliando e precisava de pedras das pedreiras vizinhas. Vários dos homens refugiados encontraram trabalho nessas pedreiras e, com a anuência da escola El Calvario, se instalaram com a família em uma encosta próxima em casas improvisadas de papelão, restos de madeira e lata. O exército proporcionou alguns materiais e tendas de campanha.

Em janeiro de 1964, Cerón, na época líder comunitário, encontrou o novo comandante da escola El Calvario, quem estava fazendo sua primeira inspeção das instalações, incluindo as pedreiras. Os dois homens se reconheceram da época em que estavam fazendo juntos o serviço militar uma década antes, o que deu a Cerón a oportunidade de discutir as necessidades de San Isidro, especialmente uma escola. O coronel não somente compreendeu o interesse, mas sabia de um programa governamental para construir escolas nos arredores de Bogotá e ajudou a começar uma em San Isidro naquele mesmo ano. Durante a busca de professores para a escola, ele designou alguns de seus oficiais como instrutores. Isabel Cerón, irmã de Marina, se lembrou rindo de uma tentativa de matar a aula, mas fora frustrada em seu intento por um soldado que a segurou e imobilizou sob seu ombro e a levou de volta à sala de aula. O ensino foi interrompido uns anos depois quando parte dos alicerces da escola cederam e metade do edifício desmoronou. As famílias de San Isidro decidiram arrecadar fundos para a reconstrução por meio de feiras, rifas e finalmente ajuda de El Refugio que também levou à introdução da tecelagem.

A escola reconstruída foi inaugurada em 1968, evento comemorado em uma das obras da exposição. A eletricidade chegou finalmente ao povoado em 1985. Mas naquele mesmo ano o Exército decidiu reclamar as terras onde a comunidade estava assentada. Isso deu início a uma longa luta, com várias causas a serem julgadas em tribunais distritais de Bogotá. A comunidade prevaleceu, graças aos contatos pessoais de Ismael Cerón com altas patentes militares, à disposição dos residentes de protestar fechando estradas, imprensa favorável, serviços jurídicos gratuitos e apoio constante de El Refugio. Uma lei que reconheceu os direitos de propriedade de pessoas que ocuparam as mesmas terras por 20 anos teve como resultado uma série de sentenças contra o Exército e este desistiu de seus combates judiciais. Em 1994 os residentes de San Isidro tiveram um título limpo de suas parcelas e seus lares ficaram seguros.

A tecelagem transformou-se em um empreendimento florescente em San Isidro, proporcionando às famílias renda por cerca de 15 anos. “Quando começamos a vender tapeçarias”, afirmou Virginia Martínez, “abrimos contas bancárias. Nossa vida melhorou”. Os lares ficaram mais estáveis e coesivos. A comunidade tornou-se conhecida por suas aptidões. Rodeados de teares e tapeçarias coloridas, as crianças cresceram para seguir as pegadas dos pais. “Eu aprendi a tecer antes de aprender a ler”, explicou Marina Cerón, que continua ativamente a praticar a sua arte. Estudando uma fotografia de uma das tapeçarias de Szekely, ela indicou a pequena figura de um pássaro de que ela se lembrava ter inserido quando ainda estava na escola. Motivos recorrentes e estilos particulares lhe permitiram identificar as famílias que tinham feito trabalhos específicos. Nós levamos as fotos em um passeio a pé pelo bairro para confirmar sua análise, visitando Lucia Zorra; os irmãos Chipó, Ricardo e Jesús; e Virginia Hernández, uma das duas mulheres cujo aprendizado foi feito no estúdio de Olga de Amaral. Em cada casa, as fotos evocavam um passado distante, mas calorosamente lembrado e acolhido como uma cápsula de tempo desenterrada.

Depois de 10 ou 15 anos, muitas famílias deixaram de tecer à medida que uma Bogotá florescente, a pequena distância colina abaixo, lhes oferecia emprego com salários e benefícios estáveis — frequentemente uma perspectiva mais atraente do que

a venda com pagamento diferido que levava meses de espera. A tecelagem foi complementada e depois substituída por outras fontes de renda. Mas trouxe a San Isidro educação e relações com a cidade, abrindo oportunidades para os tecelões, seus filhos e seus netos — estes agora na casa dos 20 e 30 anos, muitos deles graduados universitários e profissionais. Alguns residentes vão trabalhar em Bogotá, outros ficam em casa e fazem objetos decorativos para o lar e o jardim utilizando a pedra branca abundante. Entalhes e materiais de construção para a venda ao lado da estrada confirmam que o trabalho em pedra continua a ser um negócio importante no bairro.

Membros das famílias Cerón e Chipó continuam a tecer no estilo tradicional. MAKO, o negócio da família Cerón, também produz desenhos abstratos distintos e coloridos para bolsas de couro vendidas nas lojas da moda e centros comerciais de Bogotá. Sara, a matriarca da família, é a administradora da MAKO e também ativista do meio ambiente. Em duas estufas que produzem frutas e verduras para a família, ela ensina práticas de conservação à escolares. “Nossos netos estão aprendendo que o que hoje está acontecendo”, comentou ela, “como falta d’água, reflorestamento com pinheiro canadense cujas agulhas sufocam outras plantas e flores, se deve a tudo o que nós destruímos”. Parte de seu espaço de estufa é uma sementeira de plantas e árvores nativas no intuito de restaurar as colinas acima do bairro.

Depois de dois dias no bairro, enquanto eu viajava no coletivo colina abaixo para Bogotá, veio-me à mente o seguinte: o que dá significado à história das tapeçarias é o que fica fora delas: a violência e o terror que deram origem a San Isidro. Repletos de detalhes da vida cotidiana, a fantasia das crianças, as cenas bíblicas, as tapeçarias testemunham vivamente um desejo de deixar para trás um passado de adversidade, inclusive de periculosidade mortal, para trabalhar por um futuro melhor. Nesse processo, estes colombianos criaram uma comunidade sólida que manteve sua identidade e progrediu de forma constante por mais de meio século, proporcionando a seus filhos e netos paz, estabilidade e um melhor ponto de partida.

Patrick Breslin, ex-vice-presidente de relações externas da IAF, aposentou-se depois de 22 anos de trabalho. Ele pode ser contatado em patbreslin@yahoo.com.

Desafiando o Rei do Recife

De Jeny Petrow, Ana Carmona, Gabriela Boer e Azucena Díaz

O vistoso peixe-leão, ou *pterois volitans*, é um caçador noturno que parece devorar tudo o que encontra em seu caminho. Natural do Oceano Pacífico, o peixe-leão há pouco entrou no Caribe, lugar sem depredadores naturais e onde se reproduz à razão de 30.000 ovos cada quatro dias e se farta comendo 30 peixinhos e filhotes por hora. Pargos, lagostas e outras espécies locais não têm a mínima possibilidade de sobrevivência contra estas hordas vorazes que põem em risco a ecologia dos recifes. Está também em perigo a subsistência dos pescadores nos enclaves naturais do Caribe. Os donatários de IAF na República Dominicana, Costa Rica e México vêm trabalhando para reduzir a quantidade destes invasores no topo da cadeia de alimentos aquáticos locais, de modo que a diversidade dos ecossistemas do Caribe seja protegida contra seu apetite voraz e que o mar continue a proporcionar sustento aos pescadores. “Será preciso um esforço concentrado em todas as águas territoriais para controlar o peixe-leão,” afirmou Marcy Kelley, diretora de doações de IAF. “A IAF espera poder apoiar iniciativas de base em todos os países da Bacia do Caribe”.



Cortesia de ReefCheck

O efeito Nemo

No filme animado da Disney *Procurando Nemo*, o personagem principal, um pequeno peixe palhaço que vive nos recifes de Austrália é capturado por um mergulhador e levado para viver no aquário dos escritórios do dentista P. Sherman, 42 Wallaby Way, Sydney. Na maior parte do filme o pai de Nemo procura encontrar seu filho e levá-lo de volta para casa. No final Nemo é jogado no vaso sanitário e transportado para o oceano onde se reúne com o pai. Embora a tubulação tenha sido a salvação de Nemo, na vida real soltar peixes tropicais no oceano — agora conhecido como “o efeito Nemo” — pode pôr em grave perigo a vida silvestre marinha. Os biólogos creem que o efeito Nemo foi a causa da introdução do peixe-leão nas águas cristalinas do Caribe. Desconhecido no Atlântico antes da década de 1980, o peixe-leão apareceu em pleno vigor nos recifes de coral da área marinha protegida de La Caleta, República Dominicana, em 2011, “da noite para o dia,” segundo Gregório “Kikito” Batista, pescador local. La Caleta, logo a leste de São Domingos, a capital, é a sede da Cooperativa de Pescadores y Prestadores de Servicios

Turísticos de La Caleta (COOPRESCA), a qual trabalha com o donatário de IAF Reef Check Dominican Republic [Verificação de Recifes da República Dominicana]. Inspirados pelo desejo de manter suas opções econômicas abertas no longo prazo, os membros de COOPRESCA tinham designado La Caleta zona proibida para a pesca, tendo levado sua pesca além de seus limites e oferecendo serviços aos turistas como fonte de renda alternativa. O fato de proteger a fauna aquática silvestre nativa, assim argumentavam, asseguraria a pesca do futuro e atrairia mergulhadores e a esnorquelistas.

Mas o peixe-leão pôs em risco esse plano à medida que devorava os peixes tropicais, larvas, crustáceos e outras criaturas marinhas a um ritmo alarmante. Segundo Rubén Torres, diretor do Reef Check, além de não haver predadores nem doenças neste novo hábitat, o peixe-leão prolifera porque as espécies nativas não desenvolveram os mecanismos necessários para detectá-lo como inimigo. Devorar mais destas presas fáceis do que necessita para sobreviver transformou o peixe-leão na “única espécie de peixe clinicamente obesa,” diz Torres.

Sob controle na República Dominicana

Essa corpulência terminou sendo uma benção para os pescadores da COOPRESCA. “A primeira vez que pegamos o peixe-leão em nossas redes, simplesmente o jogamos fora,” diz Rafael “Bronco” García. Mas em seguida descobriram que o peixe é delicioso. Em 2012, a Reef Check e a COOPRESCA, em colaboração com a International Coral Reef Initiative’s Regional

Lionfish Committee [Comissão Regional do Peixe-Leão da Iniciativa Internacional dos Recifes de Coral] e Pagés BBDO, empresa de relações públicas, lançaram um plano para gerar maior demanda deste fruto do mar, o que daria aos pescadores um incentivo para pescar o peixe-leão para o predador mais eficaz do planeta: o *homo sapiens*.



Gregorio “Kikito” pescador.

Jenny Petrow

Como os pescadores da COOPRESCA estavam entre os primeiros na República Dominicana a comercializar o peixe-leão, tiveram de convencer os dominicanos a comê-lo. Muita gente crê que o peixe-leão é venenoso e que seus espinhos dorsais protetores contêm veneno, mas a carne é perfeitamente segura para o consumo humano. Para mudar esta percepção, a Reef Check e a COOPRESCA lançaram a campanha publicitária “Coma um leão”, cujo objetivo eram os supermercados, restaurantes e consumidores. Em breve o peixe-leão tornou-se a novidade da mídia, foto na capa da revista *Gastroteca* e um prato novo no menu dos restaurantes mais finos de São Domingos — os famosos Vesuvio Malecón, Mítre, Travesias, Asia Mía e El Agave, entre outros. Alguns dos melhores chefs da capital o mostravam em receitas originais. A Reef Check ampliou sua campanha ao restante da ilha.

O peixe-leão veio a ser um benefício inesperado para a COOPRESCA: sua primeira iniciativa bem-sucedida de vender um produto como cooperativa. Em meados de 2012, os pescadores de COOPRESCA forneciam 45 quilos por mês aos restaurantes e supermercados, razão pela qual a safra caiu de 70 a 80 peixes por dia a apenas dois ou três. Essencialmente a espécie está sob controle — no momento, pelo menos em La Caleta. Entrementes o trabalho da Reef



Check e da COOPRESCA inspirou outras comunidades dominicanas, produzindo declínios semelhantes nas populações do peixe-leão. Os pescadores da COOPRESCA lamentam a conseqüente redução da renda, mas, como disse Kikito, “o futuro está no turismo”. A redução do peixe-leão significa um aumento das outras espécies e essa diversidade atrai em última análise uma fonte de receitas mais confiável. Para obter mais dados sobre a campanha da COOPRESCA e atrações de La Caleta favor consultar o website <http://reefcheckdr.org> e ver os vídeos RCDR on-line.



José Alejandro Álvarez

COOPRESCA está contando com a diversidade de vida marinha no Caribe para atrair turistas.



Costarriquenhos na luta

Em agosto de 2014, a IAF comprometeu oficialmente US\$ 135.000 à Asociación de Pescadores Artesanales del Caribe Sur (ASOPACS), uma nova organização da costa sul da Costa Rica, por seu empenho de três anos em melhorar a qualidade de vida de seus pescadores e preservar o ecossistema marinho local. Isto significou controlar o peixe-leão, o que os pescadores já estavam tentando fazer por meio de sua associação com a

Universidade da Costa Rica e uma pequena doação do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas.

Para combater o invasor, a ASOPACS usa *nasas*, as armadilhas tradicionais que os pescadores constroem de madeira e arame. Até esta data, calculam terem colocado quase 300 *nasas* em um raio de 30 quilômetros quadrados, verificadas cada três dias uma por uma, processo que leva sete horas. Como suas contrapartes da República Dominicana, os



Mark Calcedo

La Esquina, um restaurante de Puerto Viejo, oferece o peixe-leão em seu cardápio.



Mark Caicedo

ASOPACS usa nasas, ou armadilhas, para pegar peixes-leão no litoral de Puerto Viejo, Costa Rica. As nasas com restos de peixes e coco são levadas seis quilômetros mar adentro e lançadas a uma profundidade de 50 a 100 metros.

pescadores da ASOPACS não tinham ideia de que o peixe-leão fosse comestível e o descartavam como lixo. Hoje em dia é pesado, medido e embalado para entrega aos restaurantes locais, um mercado que motivou os pescadores que não estavam usando *nasas* a construí-las e que levou a ASOPACS a estudar a possibilidade de vendê-lo em San José.

A ASOPACS tem pescado milhares desses peixes desde que começou sua luta e os pescadores apro-

veitam toda oportunidade de chamar atenção para a campanha. Sua visibilidade recebeu um impulso quando Luis Guillermo Solís, presidente da Costa Rica, fez uma visita e foi fotografado tirando um peixe-leão de uma *nasa*. O Ministério do Meio Ambiente da Costa Rica foi recrutado para a causa e assumiu a liderança da Comissão Nacional para a Gestão e Controle do Peixe-Leão na Costa Rica. Os próprios pescadores têm participado de reuniões de estratégia em Cuba, Panamá e Estados Unidos e têm contribuído para os esforços envidados pela Administração Nacional do Oceano e da Atmosfera do Departamento de Comércio dos EUA. “Somente juntos podemos resolver este problema,” disse José Ugalde que dirige o projeto. “Agradecemos todos os colaboradores.” Entre estes figuram residentes da comunidade que competem no torneio anual de pesca da ASOPACS e seus mergulhos mensais de cinco horas para pescar o peixe-leão com arpão. Para obter informação mais detalhada favor enviar e-mail aos pescadores ao endereço asopescadores@gmail.com ou consultar o website <http://www.facebook.com/AsociacionDePescadoresDelCaribeSul.or>.

Um “prato típico” da Costa Rica inclui o peixe-leão, patacones (banana-da-terra frita) e salada.



Mark Caicedo

Mark Caicedo

Martín Froilán, da SCPP, com um peixe-leão pescado com arpão na Reserva Biosférica Sian Ka'an.



Citlali García

Predadores — de mutuanes ao peixe-leão

“Temos de reconhecer que, quando se trata do peixe-leão, os pescadores desta cooperativa foram pioneiros na tomada de responsabilidade” disse Eduardo Pérez Catzin, Presidente da Sociedad Cooperativa de Producción Pesquera Cozumel (SCPPC), situada na ilha na frente da Península de Yucatan no México.

Pérez Catzin não é alheio aos desafios. Quando foi eleito para dirigir a cooperativa em 1995, esta estava em mãos de mutuanes predadores. Graças ao enfoque austero de sua liderança a cooperativa se livrou de suas dívidas em três anos, mas isso custou a redução da afiliação da qual a SCPPC somente agora se está recuperando.

A SCPPC tem-se beneficiado das concessões concedidas pelo governo mexicano para pescar na Reserva Biosférica Siam Ka'am e no Parque Nacional de Recifes de Cozumel — áreas ricas em recifes de coral e outros tipos de vida aquática. O uso do equipamento scuba é geralmente proibido na concessão e os pescadores mergulham a profundidades de 10 a 15 metros sem esse equipamento para colher a

maior parte de sua pesca anual de 25 toneladas de lagostas, tirando-as uma por uma das estruturas de cimento construídas para imitar as fendas onde se escondem os crustáceos. Para assegurar a sustentabilidade dos estoques, liberam todo espécime que meça menos de 13,5 centímetros e não pescam na época de procriação que vai de março a julho. Há também uma proibição de longa data contra o uso de redes, as quais podem capturar golfinhos, tartarugas marítimas e arraias-manta como capturas acidentais. A custódia ambiental da SPPC foi reconhecida com um prêmio concedido pela Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Naturais do México.

Em 2007, a SCPPC esteve entre seis cooperativas que uniram forças com a Comunidad e Biodiversidad (COBI), donatária da IAF, para desenvolver as técnicas necessárias para rastrear e medir os estoques de peixes e lagostas, bem como recuperar espécies e estoques de peixes mediante a designação de uma zona de proibição da pesca. Os participantes também estavam preocupados com a pesca ilegal e pressões do turismo em escala industrial. A essas preocupações foram acrescentadas a necessidade de controlar o peixe-leão, cuja presença na concessão os pescadores e o pessoal de COBI tinham observado desde 2005. Em 2009, quando o governo mexicano advertiu a respeito da ameaça aos estoques de peixes, o peixe-leão já tinha começado a consumir vorazmente filhotes de lagostas nas estruturas da SCPPC. Mas, comentou Pérez Catzin, “onde o governo percebia um risco, nós percebíamos uma oportunidade”.

Como outras comunidades de pescadores que lutavam para controlar o peixe-leão, a SCPPC decidiu fazer dele um prato. “No princípio não havia muita procura,” disse Pérez Catzin, e as vendas não chegavam a pagar as despesas. Com o apoio da COBI, a SCPPC iniciou degustações em Cancún e Playa del Carmen e pouco a pouco o público começou a aceitá-lo. O peixe-leão está no menu do restaurante da SCPPC e de outras instalações da ilha, na Cidade do México e nos Estados Unidos, o que tem contribuído para aumentar o preço, beneficiando outras cooperativas da Península do Yucatán e a SCPPC.

Jenny Petrow e Gabriela Boyer são representantes da IAF; Ana Carmona e Azucena Díaz prestam os serviços de ligação da IAF na Costa Rica e no México.



Jacobo Caamal

Liz Tamayo, técnica da Sociedad Cooperativa de Producción Pesquera (SCPP), e Citlali García, do projeto da Comunidad y Biodiversidad A.C. (COBI), medem um peixe-leão capturado durante um campeonato promovido pela SCPP na Reserva Biosférica Sian Ka'an. Esse rastreamento proporciona informação valiosa sobre taxas de reprodução e tamanho da população.

Fórum para bolsistas

A IAF complementa suas doações promovendo o desenvolvimento de baixo para cima com um Programa de Bolsas de Estudo que financia a pesquisa acadêmica no contexto e nas tendências que afetam os esforços dos grupos de base na América Latina e no Caribe e as organizações que os apoiam. Este compromisso com o conhecimento no nível de base remonta quase ao começo do programa de doações da IAF no início da década de 1970. Até agora, as bolsas de estudo da IAF ajudaram 1.145 candidatos ao doutorado e mestrado, bem como empreendedores sociais que realizaram estudos independentes. Desde 2007 a IAF oferece apoio a pesquisas para tese de doutorado de estudantes de todo o hemisfério matriculados em universidades dos Estados Unidos.

Nos últimos quatro anos a IAF tem estendido um convite anual a todos os ex-bolsistas de ciclos recentes para apresentarem artigos originais para publicação, prévia rigorosa revisão por parte de uma subcomissão anônima de acadêmicos que realizam o escrutínio das solicitações de Bolsas de Estudo de *Desenvolvimento de Base* da IAF. O júri deste ano selecionou o artigo enviado por Laura Gutiérrez Escobar para esta edição da revista. Desenvolvimento de Base agradece todos aqueles que contribuíram para o êxito deste concurso que tem valor inclusive para aqueles cujos artigos não foram escolhidos, devido ao feedback ponderado que o júri envia a cada participante por meio da IAF. A seção inicia-se com o artigo de Anne Gillman do ciclo de bolsistas de 2014-2015, adaptado por ela para publicação aqui de um trabalho ensaio aceito para apresentação ao Congresso da Associação de Estudos Latino-Americanos de 2015.

Continuamos entusiasmados com esta seção da revista. A razão mais óbvia é o fato de levar benefícios do Programa de Bolsas de Estudo a um público mais amplo e de representar outra distinção para os autores cujos trabalhos são aqui publicados. Para obter informação adicional sobre as bolsas de estudo da IAF favor consultar o website www.iie.org/iaf.— P.D.



Anne Gillman, seu filho Theo e músicos brasileiros Zé Ne e José Leão do grupo Meninos do Sítio.

Fotos cortesia de Ann Gillman

Poetas, palhaços e tramitações: Abrir caminho entre a cultura burocrática no Brasil

de Anne Gillman

Pontos de Cultura (PdC) é um programa do governo brasileiro que financia iniciativas culturais oriundas da base em comunidades pobres de todo o país. Ao tomar conhecimento dele, posso afirmar que fui absorvida pelo mesmo encantamento que os participantes de PdC me tinham descrito muitas vezes em entrevistas. Na primavera de 2004, o músico Gilberto Gil, símbolo cultural e novo Ministro de Cultura do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, estava percorrendo os Estados Unidos para apresentar sua agenda cultural. Durante uma visita à minha universidade,

Gil esboçou eloquentemente uma nova política que alocaria recursos do Ministério às diversas iniciativas criativas que surgem aos borbotões entre as bases das áreas desatendidas. A proposta de Gil sonava tão poética como a letra de seus canções; o PdC ia a *desesconder*, ou tirar à luz, expressões culturais de segmentos excluídos da população, financiando e reconhecendo oficialmente práticas pouco valoradas e às vezes perseguidas e acogendo-as como parte do rico patrimônio do Brasil. “A cultura é vida e a vida é fluxo”, explicou. Eu assenti enérgicamente, apertando

a guitarra que tinha trazido com a esperança de poder fazer em algum momento, que a propósito chegou finalmente, a pergunta: “Poderia cantarme uma canção, Ministro Gil?” Él acedeu muito amavelmente.

A cultura poderá ser vida e a vida poderá ser fluxo, mas resulta que os instrumentos para transferir fundos do Estado aos grupos culturais marginalizados do Brasil não são tão flexíveis. Embora Gil e os demais visionários do Ministério podem ter tido o propósito de fazer que a política do PdC “desescondera” as atividades criativas de grupos subalternos, os Estados têm formas particulares de “ver” a seus populações, como o diz a famosa observação do especialista em ciência política James Scott, que tendem a não perceber, a ocultar e a distorcer precisamente os tipos de práticas que são o cimento da cultura popular. Os instrumentos de documentação que empregam os Estados para tratar de conseguir que a cidadania seja “legível” — como os dados do censo ou os números de emprego — geram

“mapas sintéticos” da realidade social que muitas vezes não alcançam representar seu complexidade e as formas em que na realidade se fazem as coisas. Quando os Estados intervêm nas vidas das pessoas mediante políticas oficiais, a brecha entre as práticas sociais de fato e estas abstrações representativas podem ter resultados desastrosos. Para quando comencei a visitar os projetos comunitários do PdC financiados pelo Estado, ou “Pontos”, no curso da investigação para minha tese, estas tensões eram evidentes.

O programa PdC busca incentivar a produção cultural, mas o que o Estado brasileiro conta em últimas são os recibos. Nas palavras de um *ponteiro*, como se denomina aos brasileiros integrantes dos Pontos, ao Estado lhe importam as notas fiscais e não as musicais. Quando os escolhem como Pontos, os grupos culturais apresentam planos detalhados de trabalho nos quais esboçam as atividades que empreenderão e as despesas nos quais incorrerão. Ao final do ano, os Pontos devem enviar cópias impressas de recebimentos válidos de cada um dos bens adquiridos e serviços contratados, como prova de que os recursos públicos se utilizaram seguindo o plano. A metade de todo um andar do Ministério contém uma relação de tecnócratas cujo trabalho é repassar as montanhas de papéis que se apilam em seus escritórios e determinar se os Pontos têm entre si suficientes contas dos fundos desembolsados. Em contraste, em um quarto pequeno se armazena uma série de discos compactos, vídeos, pinturas, esculturas, escritos e outros tipos de parafernalia cultural que os *ponteiros* inevitavelmente incluem nas caixas de papéis que apresentam, em seus ansiosos esforços para mostrar os frutos de seus esforços.

Se o planejamento meticolosa de iniciativas populares e folclóricas com três anos de antecipação parece problemática, ainda é mais difícil prever com exatidão como se desenvolverão esses projetos em comunidades onde a vida cotidiana é imprevisível e instável. Os enfrentamentos com arma de fogo, as inundações, a falta de eletricidade e as ocupações militares estavam entre as razões pelas quais os Pontos que eu visite se desviaram de seus planos de trabalho. Inclusive se se segue rigorosamente um plano, é simplesmente impossível obter a documentação financeira na maioria das localidades rurais, assentamentos urbanos de invasão, aldeias indígenas e outras comunidades marginalizadas às quais



Escultor de um Ponto de Cultura em Santa Catarina.



Grupo de dança folclórica, outro Ponto de Cultura em Santa Catarina.

chega o programa. O comércio funciona mediante intercâmbios cara a cara: eu lhe digo a você o preço, você me dá o dinheiro e eu lhe entrego o tambor. No melhor dos casos se escreve uma quantidade de dinheiro em um pedaço de papel. Tanto os funcionários do governo como os *ponteiros* me disseram que a grande maioria dos Pontos geram produtos inovadores, mas o que o estado “ve” mediante seus processos rígidos de documentação financeira rara vez o corrobora. É muito o que está em jogo quando se trata de cumprir os requisitos contábeis do programa, uma vez que os recursos se desembolsam como antecipos que deverão devolver-se com interesses se não se investem de forma “apropriada”. Em umas ocasiões, os *ponteiros* se referiram ao “paiaço que terminou na cárcere” por descumprimento — uma história provavelmente apócrifa, mas aum assim reveladora, que transmite tanto o perigo que se percebe como o absurdo dos obstáculos burocráticos do programa.

Não obstante, o PdC tem florescido e se tem expandido durante a última década. Em todo Brasil, os Pontos continuam empreendendo atividades cultu-

rais por meio do programa e cada ano se selecionam e financiam novos Pontos. Poucos paiaços, si acaso há alguno, têm sido processados penalmente. De fato, apesar da profunda incompatibilidade entre a inovadora missão do programa e seus requisitos administrativos ridículamente complexos, muitos *ponteiros* contam que a política tem produzido transformações positivas nas relações entre as comunidades pobres e o Estado brasileiro. Como é possível este?

Eu investí um ano tratando de responder essa pergunta, passando tempo com *ponteiros* e funcionários do governo, sobretudo dos Estados do Rio de Janeiro no surocidente e Alagoas no nororiente. Entrevisté a poetas, paiaços, chelistas, artistas de rap, bailarinas e juglares, bem como burocratas, funcionários eleitos, contadores e contratantes do governo. Assistí em Brasília a reuniões que pareciam intermináveis, nas quais os *ponteiros* e os tecnócratas debatiam em grande detalhe as modificações planejadas aos processos de contabilidade do PdC e bailé um *forro* tradicional do nororiente que tocava uma banda de acordeonistas otogenários em um povo

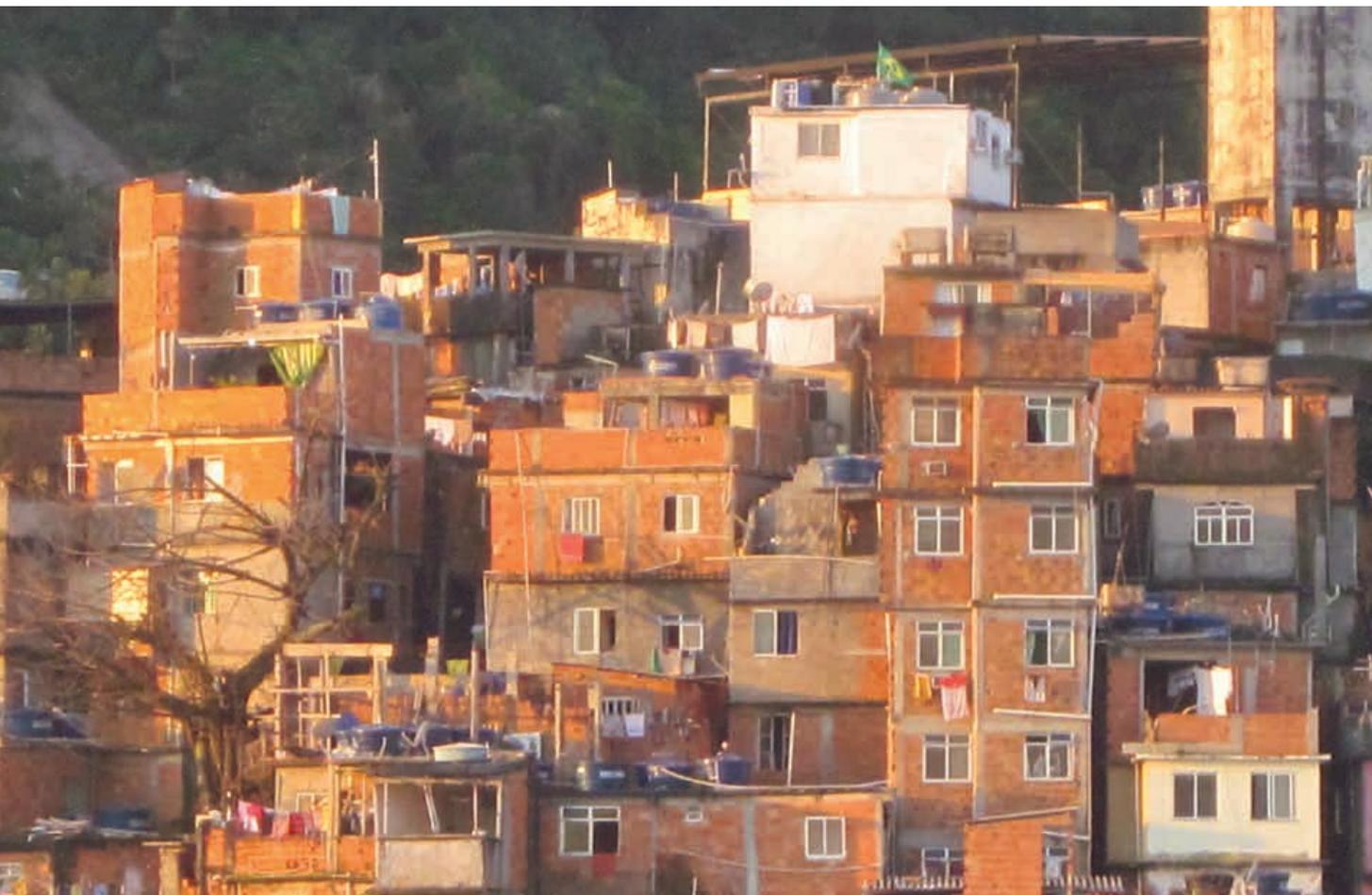
pequeno localizado a uma três horas de viagem por uma rodovia bordeada por campos imensos de canha de açúcar. Também pasé três meses dando lições de piano em um Ponto localizado na favela de Santa Marta no Rio de Janeiro. Um piano vertical tinha subido de algum modo milagroso pelos estreitos e empinados senderos da favela e, o qual era ainda menos provável, seguia afinado.

Este foi o que averigüé. A chave do desconcertante resultado do encontro entre a missão maravilhosamente criativa do PdC e suas formas intrincadamente burocráticas é a estreita relação entre os *ponteiros* e os burocratas. Ao começo de minha investigação ficou claro que as tramitações requeridos pelo PdC são o principal ponto de contato. Durante as três semanas que pasé na Secretaria de Cultura de Alagoas, por exemplo, observé um fluxo quase constante de *ponteiros* que acudiam para fazer perguntas e pedir conselhos. Quase todas estas solicitações tinham que

ver com um formulário que tinha que preencher ou os detalhes de algum procedimento administrativo. Muitas pessoas que vieram nunca tinham tido contato com um funcionário do governo ou entrado a um escritório pública antes de que seu grupo fora selecionado como Ponto de Cultura. Le pergunté a um *ponteiro* quantas vezes tinha visitado a Secretaria depois de que seu grupo de teatro fora escolhido como Ponto. “Perdí a conta”, respondeu sorrindo.

Os repetidos encontros não produzem necessariamente relações positivas. Os quatro viagens que hice às escritórios da Polícia Federal para estender minha visto não me fizeram admirar o Estado brasileiro, embora chegué a conhecer intimamente a estéril sala de espera e as râncias opções de merenda. A familiaridade é tão capaz de produzir desprezo, por não dizer extrema frustração, como colaboração. O ingrediente essencial do PdC é um corpo de administradores comprometidos que desafiam os estereótipos do burocrata.

Favela Santa Marta, onde a autora deu aulas de piano.



Dos mais de 30 empregados do governo que entrevistê, quase todos tinham uma conexão pessoal com as artes e estavam apasionadamente comprometidos com o programa. Fernanda, coordenadora do programa no Rio de Janeiro, é parente de Chico Buarque, uma das figuras culturais mais conhecidas do Brasil, um compositor brilhante e dramaturgo famoso por sua resistência durante a ditadura. Alexandre, um burocrata de nível meio e aficionado vitalício ao Carnaval, passou sua juventude fazendo mandados para grupos de samba para ter a oportunidade de desfilar com eles. Essas pessoas não “ven” como o Estado.

Os administradores do PdC são intermediários essenciais entre os Pontos e um aparato estatal enorme, rígido e amarrado pelas regras. Respondem à legislação que rege a transferência de recursos públicos e às instituições e rotinas menos formais das burocracias e estão limitados por ambas. Mas também entendem as complexas realidades sociais em que operam os Pontos e de veras apreciam e admiram suas iniciativas culturais. Se esforçam ao máximo por ajudar os *ponteiros* a superar os obstáculos administrativos. “Os Pontos pedem ajuda e fazemos tudo o que podemos”, explicou um administrador do PdC na Secretaria de Cultura do Rio de Janeiro. “Vamos e conversamos com eles. Nós temos nossa realidade, que é a burocracia cotidiana e nosso trabalho é burocrático. Mas a relação com os Pontos é realmente diferente. Consiste em tratar de entender, de pormos em seus sapatos. Somos o ponte entre o lado burocrático e o humano”. Os burocratas do PdC lhes dão aos *ponteiros* o número de seu celular pessoal, visitam seus lares, trabalham até as horas da noite e em geral se esforçam por ajudar os Pontos a produzir a documentação necessária. Sua dedicação se nutre dos produtos culturais dos Pontos. Um empregado do governo e eu visitamos um novo Ponto no Rio de Janeiro, onde um afro-brasileiro realizava uma representação teatral de um poema que tinha escrito, no qual reflexionava com ironia sobre as instruções que tinha recebido quando era criança de sorrir sempre. Passamos todo o viagem de regresso maravilhando-nos de seu talento, que acentuava a sencillez do contexto: um homem no cenário desocupado de uma igreja, com um público sentado em cadeiras plegáveis. As comunidades pobres das zonas urbanas de Rio são casos arquetípicos das formas nas quais as interações entre

o Estado e a sociedade produzem marginalidade, mas também dos lugares especiais que ocupam as comunidades marginalizadas no paisagem cultural do Brasil. Ao observar os calorosos contatos entre burocratas e artistas neste contexto, pensava que fui testemunha direto de como podem ajudar as iniciativas destinadas a cultivar os recursos culturais das populações excluídas a deslocar os margens que as afetam.

Parte do papel de ponte que desempenham os administradores é mediar entre as inspiradoras expressões culturais dos Pontos e o que se reflete no papel. Alexandre descrevia a uma organização rural que tinha comprado uma vaca, uma vez que o plano de trabalho incluía uma partida para comida para os participantes. Mas sob o ponto de vista legal, uma vaca é propriedade pessoal, não comida. Portanto, os documentos iniciais do grupo foram rejeitados, uma vez que tecnicamente a despesa se apartava do plano. “Como se lhe diz a uma pessoa do campo que uma vaca não é comida?”, exclamou Alexandre exasperado. Fez gestões diante da burocracia para resolver esta diferença e assegurar que o Ponto não tivesse que devolver os recursos gastos. Esse tipo de intervenção é comum. “Nos esforçamos para poder assistir a outros setores”, comentou outro empregado do PdC. “Esse vez por seu treinamento, eles [los setores de contabilidade] vem à pessoa [el *ponteiro*] como um montão de papéis, mas nós sabemos que tem um projeto incrível. Por esse lhes decimos: “Mirem: vamos a ser um pouco flexíveis. Veamos que podemos fazer”.

Os contatos entre representantes do governo e *ponteiros* ajudam a ambas as partes da equação a aprender. Um *ponteiro* disse que o programa está “transformando em burocratas aos artistas”. Por meio do intenso processo de aprender fazendo que implica manejar recursos públicos pela primeira vez, muitas vezes levados da mão por dedicados burocratas, os *ponteiros* adquirem as destrezas técnicas e os conhecimentos necessários para abrir-se caminho em processos administrativos complicados. Em muitos casos, em seguida os *ponteiros* as aplicam para outros propósitos, como obter acesso a outras fontes de financiamento público. Mas tanto os representantes do Estado como os *ponteiros* reconhecem que algo se perde se a cultura se burocratiza demasiado e por esse colaboram para promover mudanças que permitam ao Estado brasileiro “ver” as práticas culturais, chegar

aos grupos marginalizados e responder a suas necessidades. Às vezes, este implica modificações informais a normas e práticas, como a ampliação de prazos. A colaboração também tem levado em trocas formais nas normas e a legislação (um tema que merece mais análise do que é possível realizar aqui). Por exemplo, agora dão a liberdade de aos grupos indígenas, quando solicitam o estatus de Ponto de Cultura, que descrevam suas atividades verbalmente em lugar de fazê-lo por escrito.

De fato o programa PdC está ajudando a transformar as relações entre o Estado e a sociedade no Brasil mediante a transferência direta de recursos públicos a grupos culturais das bases em comunidades pobres, embora não necessariamente como o previu o Ministro Gil. Sem dúvida, o conteúdo artístico da política tem um papel essencial neste processo. A cultura é um âmbito no qual as comunidades pobres poderiam ser especialmente ricas; alguns dos estilos musicais mais valorados do Brasil, a samba e o forró, surgiram em zonas urbanas e rurais empobrecidas. Reconhecendo essas zonas por seus recursos e não por seus carências, o PdC estimula a criatividade dos grupos excluídos, sentando as bases de formas de interação marcadamente diversas entre os grupos marginalizados e o Estado brasileiro. O irônico é que as tramitações são um impulsor chave dessas transformações e servem de motivo principal para o contato entre os participantes e os empregados do governo. Estes encontros frutíferos muitas vezes fazem que os *ponteiros* tenham maior acesso ao Estado brasileiro e mais influência nele e que o Estado seja mais capaz de aceitar as práticas dos grupos culturais marginalizados. Nestes processos, as frições entre a insistência no cumprimento de tramitações e a criação de cultura geram energia combustível. O fato de que tanto aos *ponteiros* como aos empregados públicos lhes encante a missão criativa do PdC, que se nutre de seu contato constante com os inspiradores produtos culturais de este, é o lubrificante.

Anne Gillmam, bolsista da IAF no ciclo 2014-2015, é doutoranda em política comparada em Johns Hopkins University e é pianista. Realizou trabalho de campo adicional no Brasil com o apoio do Social Science Research Council.

Músicos de Meninos do Sítio, um Ponto de Cultura na região rural de Alagoas.







Espécies tradicionais de milho, preservadas por um custódio de sementes em Canamomo e Lomapieta.

Fotos cortesia de Laura Gutiérrez Escobar

Sementes de luta na Colômbia

De Laura Gutiérrez Escobar

Quem retém o direito a utilizar e reproduzir as sementes colocou agricultores colombianos contra a indústria biotecnológica em uma luta que se intensifica desde 2012. Para os agricultores está em jogo a “soberania da semente” ou o seu direito de decidir que tipo de sementes cultivar e como distribuí-las (Kloppenborg, 2010: 153). A soberania da semente é paralela ao termo “soberania alimentar” cunhado pelo movimento social transnacional La Vía Campesina. Refere-se a uma agricultura que atende adequadamente à necessidade de alimentos, sendo ao mesmo tempo culturalmente apropriada e compatível com normas sociais e uso responsável do meio ambiente (La Vía Campesina, 2008; Desmerais, 2007; Gutiérrez Escobar, 2011).

As raízes do conflito

A ampliação deste conflito tem suas raízes no seguinte: (1) promoção de cultivos transgênicos ou geneticamente modificados (GM), especialmente milho destinado a mercados de produtos básicos ou matérias-primas para os agrocombustíveis e para alimentação de animais; e (2) afirmação de que as plantas e seu material genético são cada vez mais sujeitos a direitos de propriedade intelectual. O Tratado de Livre Comércio (TLC) entre a Colômbia e os Estados Unidos, que entrou em vigor em 2012, seis anos depois de ter sido assinado, requer que a Colômbia faça parte da União Internacional para a Proteção das Novas Espécies Vegetais (UPOV) de 1991, um sistema que restringe os direitos dos agricultores

a usar as sementes que eles produzem. A UPOV91 faz isso ao reconhecer o interesse proprietário de produtores, geralmente industriais, em sementes híbridas e GM e em sementes consideradas “essencialmente derivadas” de espécies protegidas. Suas proteções estendem-se a sementes que em seu estado natural podem compartilhar as características das sementes modificadas e inclusive as espécies que não envolvem um processo criativo, mas foram “descobertas” e que não tinham sido registradas antes em parte alguma como propriedade intelectual (Grupo Semillas, 2011; Gutiérrez Escobar e Fitting, 2015). Vandana Shiva, ativista da Índia, qualifica tais reivindicações de propriedade das corporações como “biopirateria” e as descarta como ilegítimas. Ressalta que as sementes reivindicadas são na realidade o produto e o patrimônio dos agricultores que têm cuidado delas e as têm desenvolvido há milênios (Shiva, 2001: 49). Entre os ativistas mais vigorosos que trabalham na Colômbia pelo direito de proteger sementes e contra a proliferação de cultivos GM estão agricultores de Cañamomo e Lomaprieta, nome que faz referência a uma única reserva, ou território indígena, próximo ao povoado de Riosucio no departamento de Caldas.

A reserva

Cañamomo e Lomaprieta, situado no eixo cafeicultor da Colômbia, é uma das quatro reservas pertencentes aos indígenas Embera-Chamí. A Constituição colombiana de 1991 reconhece o direito dos povos nativos de recuperar território e sua identidade, bem como a autonomia política. Em 2009, para proteger a agrobiodiversidade e evitar a entrada de cultivos e alimentos GM, especialmente do milho, os residentes, invocando o exercício de seus direitos constitucionais, declararam Cañamomo e Lomaprieta como “território livre de transgênicos”, um dos poucos na Colômbia. Criaram também a Rede de Custódios de Sementes e construíram a Casa de Sementes Comunitárias — iniciativas que visam a controlar os tipos de sementes valorizadas, bem como sua propriedade, cultivo e circulação. A Rede de Sementes Livres (RSL) tem apoiado ativamente Cañamomo e Lomaprieta. A RSL inclui organizações de base e não governamentais que fazem campanha contra as sementes GM e a proteção legal a reivindicações de plantas como propriedade privada e em prol de

iniciativas tendentes à soberania de sementes. A reserva tem trabalhado em estreita colaboração com as organizações não governamentais colombianas Corporación Custódios de Semillas e Grupo Semillas, bem como com a SwissAid, todos membros da RSL. Um aliado fundamental é o governo municipal de Riosucio, cujo prefeito se transformou no primeiro indígena colombiano eleito para o cargo — depois que outros três candidatos indígenas foram assassinados quando faziam campanha.

A declaração da reserva afirma que as sementes constituem um patrimônio do povo indígena e somente pertencem à Pachamama, à mãe terra. Portanto, afirma, as sementes não podem ser “alteradas nem a sua condição natural contaminada, nem podem ser de propriedade privada”. A declaração proíbe os “programas de segurança alimentar e desenvolvimento agrícola que incluem sementes GM, alimentos ou pacotes de tecnologia que põem em risco nossas sementes tradicionais, conhecimento ancestral e território”. Finalmente, declara a reserva comprometida com o crescimento e a preservação de sementes tradicionais, referindo-se a espécies nativas com a valorização do conhecimento relevante e com o apoio aos custódios de sementes — agricultores dedicados à agrobiodiversidade e a divulgar as sementes tradicionais, embora o investimento de tempo seja considerável e o retorno seja baixo. “As pessoas admiram as espécies, mas não as semeiam. É algo demasiado exigente. Eles o felicitam pelo esforço, mas é tudo”, disse um custódio de sementes a quem chamarei de Pedro. (Todos os agricultores entrevistados pediram anonimato.)

O governo autônomo ou o Conselho de Cañamomo e Lomaprieta tem apoiado as redes locais de custódios de sementes e as feiras de sementes que os põem em contato com custódios de toda a Colômbia. Os custódios de sementes têm permissão para plantar em terra comunitária e recebem sementes de outras comunidades indígenas, bem como insumos tais como adubo verde. O Conselho construiu a Casa de Sementes Comunitárias, onde as sementes são vendidas a preços que esta casa de sementes considera justos tanto para os custódios como para os compradores. Considera-se que um agricultor que aceita sementes sem cobrança assume a obrigação moral de devolver à casa de sementes até 50% da quantidade recebida, “pagável” em espécie da própria produção.



Laura Gutiérrez Escobar em uma feira de sementes em Riosucio, Caldas.

A prefeitura e a rede participaram de um estudo de âmbito nacional intitulado Estudo de milhos nativos da Colômbia, iniciado pela SwissAid e pelo Grupo Semillas para identificar as espécies de milho nativo importantes para as comunidades agrícolas em termos de suas práticas culturais, economia e fontes de alimento e medicamento. O estudo indicou a existência de 87 espécies, das quais somente uma quarta parte continua abundante na zona cafeeicultora. As demais são consideradas em perigo de extinção e algumas foram perdidas (Campaña Semillas de Identidad e Grupo Semillas, 2011: 13-15). O estudo ajudou a reserva a avaliar a diversidade minguate de milhos, identificar as causas e decidir como mitigar o risco de novas perdas, avaliar o perigo de contaminação de espécies GM e evitar a sua introdução.

Ameaças e resistência

A resistência ativa das comunidades Embera-Chamí de Riosucio poderia parecer prematura, porque até agora nenhuma espécie GM de café foi desenvolvida e não há grandes extensões de outros cultivos GM nas proximidades. Dos três cultivos GM aprovados para cultivo

na Colômbia — algodão, milho e cravo — somente o milho é cultivado no departamento de Caldas. Em 2013 o cultivo total elevou-se a 319 hectares (Agrobio, 2013). O milho GM está formulado para tolerar o herbicida fabricado pela respectiva companhia de biotecnologia. Por exemplo, as sementes Roundup Ready de Monsanto são resistentes ao glifosato, ingrediente ativo do Roundup recentemente classificado pela Organização Mundial da Saúde como “provavelmente cancerígeno para o ser humano”. Os fabricantes também transferem genes da bactéria *Bacillus thuringiensis* (Bt), que torna os cultivos GM resistentes aos insetos, mas também rompe as barreiras evolucionárias ao cruzamento de espécies e as consequências de longo prazo para as plantas e o ambiente podem ser insuficientemente compreendidas e imprevisíveis. A toxina Bt pode ser prejudicial às abelhas e outros insetos-chave para a polinização. Além disso, os cultivos GM têm ocasionado o desenvolvimento de “super” ervas daninhas e pragas resistentes. Isso levou a indústria a desenvolver novas espécies ainda mais resistentes a produtos químicos tóxicos como no 2-4D, ingrediente do Agent Orange, o herbicida que continua a causar defeitos genéticos, doenças relacionadas com os genes e câncer no Vietnã e a afetar os ex-combatentes expostos ao mesmo durante a guerra e seus filhos (ETC Group, 2008).

O Instituto Colombiano de Agricultura (ICA) proibiu os cultivos GM em terras em um raio de 300 metros de territórios indígenas. No entanto, os custódios de sementes de Cañamomo e Lomaprieta consideram extremamente preocupante *qualquer* plantação de cultivos GM, inclusive a atualmente pequena quantidade de milho, devido à ameaça de contaminação das espécies tradicionais e silvestres. Afirmam que as medidas do ICA não são eficazes contra o vento e os insetos, incluindo as abelhas — vetores que dispersam o pólen independentemente do raio de 300 metros estabelecido por lei. Além disso, as medidas de biossegurança do ICA não abordam o risco de contaminação representado pelo milho GM importado e seu uso potencial em programas patrocinados pelo governo e pelo setor privado que buscam a segurança alimentar e o avanço do desenvolvimento agrícola. Como resultado, a conservação de sementes é vista cada vez mais como uma resistência em defesa de territórios indígenas e de uma forma de vida.

Sistemas de sementes, redes de custódios

Tanto a prefeitura como os custódios de sementes da reserva consideram as sementes GM e a aplicação de direitos de propriedade intelectual às plantas como fundamentais para a agricultura de cunho corporativo e orientada à exportação, a qual consideram como conducentes à invasão de terras, mercantilização das sementes e a concorrência das importações de alimentos juntamente com a contaminação das espécies tradicionais. Defendem “sistemas de sementes vivas” caracterizados por sementes desenvolvidas nas propriedades agrícolas — ou “conservação *in situ*” — baseados em seu acervo compartilhado e sua experiência prática.

Considerar os sistemas de sementes como “vivos” é um contraste total com o conceito de “conservação *ex situ*”, que ocorre em bancos de germoplasma, alguns administrados pelo Grupo Consultivo sobre Pesquisa Agrícola Internacional (CGIAR) que recebe fundos de empresas de biotecnologia, importantes fundações filantrópicas e organismos multilaterais. As sementes congeladas e armazenadas em bancos de germoplasma estão “fora do alcance dos agricultores e da terra como se estivessem mortas”, nas palavras de Juan, custódio de sementes. “Eu tenho pedido insistentemente novas sementes para cultivar”, disse ele. “Não se trata de mantê-las em frascos ou estantes”. De acordo com custódios de sementes, os sistemas vivos produzem sementes que, ao contrário das sementes GM e híbridas, estão bem adaptadas às condições locais, beneficiam o meio ambiente, confirmam o valor do conhecimento dos agricultores e promovem a soberania alimentar (RSL, 2013; Gutiérrez Escobar, no prelo). “As sementes são o poder e o sustento para a terra e para o agricultor”, afirmou Jorge, custódio de sementes.

Os custódios de sementes como Jorge consideram tanto as espécies híbridas como as GM como perniciosas para o meio ambiente e para a soberania alimentar, porque estão destinadas ao monocultivo amplo com intensa aplicação de insumos químicos — produzindo o equivalente a uma segunda Revolução Verde. Além disso, os genes recessivos duplos que aparecem em gerações posteriores resultam na perda das próprias características criadas para tornar desejáveis as sementes GM ou híbridas originais, obrigando assim os agricultores a comprar novas sementes para cada ciclo agrícola. A prefeitura e os custódios de sementes de Cañamomo e Lomapieta

citam as espécies híbridas de pleno sol desenvolvidas para o monocultivo pela Federación Nacional de Cafeteros (Fedecafé) da Colômbia, com a intenção, afirmam eles, de substituir a floresta cafeteira biodiversificada, um ecossistema agrícola onde o café cresce à sombra de árvores nativas e é intercultivado com banana, milho, feijão e plantas medicinais e aromáticas (Corrais, 2002). Os custódios de sementes se queixam de que as espécies da Fedecafé só funcionam bem em complementação com onerosos conjuntos de tecnologia que, segundo eles, prejudicam o solo, a biodiversidade e a própria soberania alimentar, especialmente quando caíram os preços internacionais do café. Embora a Fedecafé distribua gratuitamente suas espécies *colombiana* e *castillo* aos agricultores, os ativistas indígenas se queixam de que o crédito e a assistência técnica estão condicionados à sua utilização.

Para os custódios de sementes, o modelo de floresta de café de espécies tradicionais é melhor para manter a fertilidade do solo e um suprimento confiável de alimentos. Além de reduzir a dependência de insumos químicos. De acordo com Carlos, custódio de sementes, “o café *pajarito*, introduzido ali há cerca de 150 anos, não requer fertilizantes. Basta manter a limpeza e ajustar a sombra para produzir bem. As pragas podem atacar estas plantas, mas não podem matá-las ou causar-lhes danos graves”. Mas alguns agricultores indígenas de Riosucio, que não pertencem à rede de custódios de sementes, dizem que as espécies da Fedecafé frequentemente produzem uma colheita maior e resistem mais eficazmente às piores pragas: a ferrugem do café e a broca do café. No entanto, eles concordam com os custódios de sementes em que o desempenho das espécies da Fedecafé está condicionado a insumos caros que eles dificilmente podem permitir-se no atual contexto de uma economia pobre e com o preço do café em baixa.

Solidariedade para a soberania

Os Embera são literalmente “o povo do milho”. O milho é um elemento de suas refeições rituais; em suas *mingas*, ou mutirão, é a força de trabalho comunitário que remonta a séculos; e faz parte da tomada de posse de seus governadores (Campaña Semillas de Identidad y Grupo Semillas, 2011: 9-11). A recuperação de espécies tradicionais de milho está vinculada à recuperação da autonomia política e econômica, de

sua identidade indígena e de sua relação tradicional com as plantas e o meio ambiente (Escobar, 1998). Além de conservar sementes, as afirmações de soberania de sementes em Cañamomo e Lomapieta incluem a oposição à legislação que protege as reivindicações de agronegócios das sementes como propriedade. Os custódios de sementes da reserva referem-se às espécies de sementes híbridas e GM como “sementes desmelhoradas”, designação que desafia diretamente a primazia da produção científica industrial.

A Casa de Sementes rejeita os esquemas convencionais de certificação de sementes híbridas e GM de acordo com critérios que recorrem à quantidade da produção e homogeneidade. Os padrões de segurança e qualidade de seu próprio Sistema Participativo de Garantias (SPG) levam em consideração o conhecimento que dá aos agricultores a capacidade de preservar e desenvolver espécies heterogêneas em suas terras e de incorporar elementos do que consideram ciência “ocidental” somente na medida em que julgarem apropriada (RSL, 2014). O pessoal da Casa de Sementes julga a qualidade da semente em sua relação com a soberania alimentar e dietas locais e pode aplicar certos padrões convencionais para germinação, limpeza e percentagem desejável de umidade. Mas o pessoal também requer que os custódios forneçam sementes adaptadas às condições locais e desenvolvidas e reproduzidas sem o uso de produtos químicos. O pessoal aplica uma mescla de técnicas de preservação. Está sendo estudada a compra de refrigeradores para armazenagem, mas pimentões picantes e outros elementos tradicionais são utilizados para repelir os gorgulhos e as sementes são mantidas próximas ao fogão para impedir a infestação de outros insetos. Sacos rotulados com informação sobre qualidade e origem confirmam a observação de Rosa, custódia de sementes, de que o SPG está relacionado com “a confiança e a solidariedade entre custódios de sementes, além do conhecimento de como e em que comunidade a semente foi produzida”.

Com o apoio do governo municipal de Riosucio o Conselho de Cañamomo e Lomapieta está implementando outras duas iniciativas para a soberania de sementes. Primeiro, o Conselho fez um apelo a seu contingente de indígenas desarmados encarregado da proteção da comunidade no sentido de confiscar sementes GM a fim de que o território permaneça



Os sacos de sementes no banco de sementes comunitário são assim rotulados: “Essas sementes não são um produto comercial, seu preço reconhece o esforço e a dedicação do custódio de sementes. Sementes livres.”

livre de transgênicos, de acordo com um guarda da força. O Conselho também está procurando regular o uso de sementes por parte do Governo colombiano e outros doadores de programas que proporcionam ajuda alimentar e agrícola. O temor é que organizações não governamentais e órgãos do governo distribuam milho e soja GM dos Estados Unidos e da Argentina, cada vez mais disponíveis nos mercados locais a preços inferiores aos das espécies domésticas que não são GM (Gutiérrez Escobar, no prelo). Tanto o Conselho como o governo municipal rejeitaram a Rede de Segurança Alimentar (ReSa), um programa oficial do governo colombiano, pelo fato de requer que os agricultores utilizem sementes certificadas pelo ICA. “Nós dissemos o seguinte [ao pessoal da ReSa]: Lamentamos, mas aqui nós temos nossa própria proposta, nossas próprias sementes e não queremos sementes certificadas, de modo que podem dar meia volta e levar seu programa a outro lugar”, recordou Rosa de ter dito em uma reunião de custódios de sementes em setembro de 2014. “Nós decidimos que não nos vamos intimidar”, acrescentou ela. “Se um dia o ICA vier à reserva para confiscar nossas sementes, creio que seremos suficientemente fortes como para impedi-lo”.

Finalmente, os custódios de sementes as consideram um bem sagrado e coletivo — bens comuns — o

“patrimônio de comunidades agrárias para benefício da humanidade”, não um meio para facilitar a acumulação de capital nem uma coleção de genes susceptíveis de serem de propriedade privada. Por conseguinte, a Casa de Sementes Comunitárias rejeita os direitos de propriedade intelectual em prol de um sistema de distribuição que permita a reciprocidade e não mercantilize as sementes. O rótulo dos sacos de sementes esclarece: “Esta semente não é um produto comercial. Seu preço reconhece o esforço e a dedicação do custódio de sementes”.

Conclusão

Em Cañamomo e Lomapieta as sementes são consideradas um veículo para manter a autonomia, sistemas de conhecimentos tradicionais e agroecológicos, identidade cultural e soberania alimentar e não uma matéria-prima mercantil para acumular capital. Para os custódios, as sementes “devem continuar a passar livremente de agricultor a agricultor”. Eles respondem ao apelo à desobediência civil da Rede de Sementes Livres quando as leis restringem a livre circulação das sementes e à rejeição do desenvolvimento que transforma os agricultores em “empresários” que oferecem manter a biodiversidade e usar seu conhecimento como “serviços ambientais” a serem negociados nos mercados financeiros (RSL, 2013; Escobar, 1998). Os custódios de sementes de Cañamomo e Lomapieta estão conscientes de que declarar seu território livre de transgênicos significa entrar em choque com empresas poderosas preparadas para defender seus interesses. Apesar disso, estas comunidades Embera-Chamí continuam a reivindicar seu direito a usar sementes de seu acervo para produzir alimento, sem depender de produtos industriais. Sua tenacidade transformou-se em um exemplo para comunidades de ideias afins em toda a Colômbia.

Laura Gutiérrez Escobar, bolsista da IAF no ciclo 2013-2014, é doutoranda do programa de antropologia na University of North Carolina em Chapel Hill. Sua pesquisa foi posteriormente financiada pelo Programa de Bolsas de Estudo para Doutorado Francisco J. de Caldas do governo colombiano. Ela deseja expressar seu reconhecimento a Germán Vélez do Grupo Semillas por sua orientação e ao júri anônimo oriundo da Comissão de Revisão Acadêmica da IAF.

Bibliografia

- Agrobio. “Cultivos geneticamente modificados en Colombia”, 2013. Acessado em 10 de abril de 2015. [http://www.agrobio.org/bfiles/fckimg/Infografia_Agrobio_%20Mapa_Cultivos%20GM%20Colombia_2013\(1jpg](http://www.agrobio.org/bfiles/fckimg/Infografia_Agrobio_%20Mapa_Cultivos%20GM%20Colombia_2013(1jpg)
- Campaña Semillas de Identidad and Grupo Semillas. *Diagnóstico de Maíces Criollos de Colombia: Región Cafetera*. Bogotá: Arfo Editores, 2011.
- Corrales, Elcy. “Sostenibilidad agropecuaria y sistemas de producción campesinos.” *Cuadernos Tierra y Justicia* 5. Bogotá: ILSA, 2002.
- Desmarais, Annette Aurélie. *La Vía Campesina: Globalization and the Power of Peasants*. Halifax and London: Fernwood Publishing and Pluto Press, 2007.
- Escobar, Arturo. “Whose Knowledge, Whose Nature? Biodiversity, Conservation, and the Political Ecology of Social Movements.” *Journal of Political Ecology* 5 (1998): 53-82.
- ETC Group. “Who Owns Nature? Corporate Power and the Final Frontier in the Commodification of Life” 100 (2008) Acessado em 13 de setembro de 2014.
- http://www.etcgroup.org/sites/www.etcgroup.org/files/publication/707/01/etc_won_report_final_color.pdf
- Grupo Semillas. *Las leyes de semillas aniquilan la soberanía y autonomía de los pueblos*. Bogotá: Arfo Editores e Impresores Ltda, 2011.
- Gutiérrez Escobar, Laura. “El proyecto de soberanía alimentaria: construyendo otras economías para el buen vivir.” *La Otra Economía. Revista Latinoamericana de Economía Social y Solidaria* 5, 8 (2011): 59-72.
- .“Semillas, bienes comunes y soberanía alimentaria. La Red de Semillas Libres de Colombia” Em *El Origen. Caminando el pasado, presente y el futuro*, editado por Margarita Aristizabal e Henry Montes, 135-156. Palmira: Universidad Nacional de Colombia y Fundación Karibia (no prelo).
- Gutiérrez Escobar, Laura e Elizabeth Fitting. “The Red de Semillas Libres: Contesting Biohegemony in Colombia.” Trabalho a ser apresentado ao XXXIII Congresso Internacional da Associação de Estudos Latino-Americanos, San Juan, Puerto Rico, 27–30 de maio de 2015.
- Kloppenburger, Jack. “Seed Sovereignty: the Promise of Open Source Biology.” Em *Food Sovereignty: Reconnecting Food, Nature and Community*, editado por Hannah Wittman, Annette Aurélie Desmarais e Nettie Wiebe, 152-167. Oakland: Food First Books, 2010.
- La Vía Campesina. “Peasant Agriculture and Food Sovereignty are the Solutions to Global Crisis: Open Letter from Maputo.” (2008) Acessado em 13 de maio de 2012. <http://pambazuka.org/en/category/letters/51604>

Rede Ecovida e além

De Juliana Menucci

Desde que a Fundação Interamericana começou a conceder doações na década de 1970, as iniciativas agrícolas e de produção de alimentos têm figurado de forma consistente como o componente principal de sua carteira. A mudança atual representa o fato de um número cada vez maior de agricultores das organizações financiadas pela IAF ter escolhido a agroecologia, um sistema de práticas que visa a beneficiar a produção, o meio ambiente e o consumidor. A Nona Reunião da Rede Ecovida de Agroecologia (Ecovida), realizada de 20 a 22 de abril em Marechal Cândido Rondon, Brasil, congregou mais de 100 agricultores e pessoal de 60 dessas organizações com o apoio financeiro da IAF que trabalham em diversos pontos ao longo do espectro da agroecologia na Argentina, Belize, Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, México, Nicarágua, Paraguai, Peru e República Dominicana.

Das organizações que constituem a Ecovida diversas participam do movimento agroecológico desde o fim da década de 1970, quando elas se opunham à Revolução Verde, a seu uso generalizado de pesticidas e fertilizantes químicos e a seu modelo de agroempresas de grande escala. Desde 1998, a Rede Ecovida tem liderado no Brasil o movimento no sentido de uma forma mais responsável de cultivar enfocada em uma produção de base familiar. Hoje em dia, a Ecovida conta entre seus membros com mais de 200 grupos, representando 2.000 famílias e mais de 20 organizações de apoio de 170 municípios espalhadas pelas áreas rurais do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo, celeiro do Brasil além de ser zona de propriedades agrícolas que fornecem outros alimentos — feijão, chá mate, frutas — produzidos em menor escala. Entre os membros de base e não governamentais da Ecovida figuram vários donatários da IAF: o Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo (CEPAGRO), Centro Vianei de Educação Popular (AVICITECS), Centro de Tecnologias Alternativas e Populares (CETAP), Centro Ecológico, a Associação de

Estudos, Orientação e Assistência Rural (ASSESOAR) e a Associação dos Agricultores Agroflorestais de Barra do Turvo/SP e Adrianópolis/PR (COOPERAFLORÉSTA).

A Ecovida foi líder do debate brasileiro sobre auditorias relativas à certificação orgânica, a qual requer que um inspetor externo avalie a qualidade do cultivo — serviço fora das possibilidades das famílias agrícolas de pequena escala. Entre suas realizações figura o sistema pioneiro de gestão entre iguais que desenvolveu para a certificação de produtos, o qual foi oficialmente credenciado pelo Ministério de Agricultura em 2010 e é agora um ponto de referência para outras redes de todo o Hemisfério. Estes Sistemas Participativos de Garantia (SPGs) foram o tema de um dos 27 seminários e workshops disponíveis aos 1.500 participantes do encontro de abril. Outros tópicos foram o impacto dos pesticidas e de organismos geneticamente modificados, recuperação e conservação das sementes nativas, apicultura, construção de uma base consumidora para produtos agroecológicos e estratégias para atingir os mercados locais. A Rede Ecovida tem desempenhado um papel-chave em vincular cooperativas dos três Estados do Sul e São Paulo. Este esforço concertado foi um passo enorme no enfoque de um grande desafio: proporcionar aos clientes um volume suficiente de produtos diversos de alta qualidade consistente durante todo o ano. O evento da Ecovida também incluiu a Feira de Sabores e Saberes, uma apresentação tradicional dos produtos da estação, alimentos processados com base neles, sementes nativas, artesanato e os relatos que acompanham os itens em exposição.

Depois da conferência os agricultores dos donatários da IAF viajaram 250 quilômetros ao sul, passando imensos campos de monocultivo de soja até Francisco Beltrão, onde por dois dias a ASSESOAR foi anfitriã de mais discussões e compartilhou a ampla experiência de seus membros com o sistema especificamente adaptado à sua terra. Um ponto a destacar foi a visita a pequenas propriedades agrícolas nas

quais a ASSESOAR tem ajudado a desenvolver tecnologias para enfrentar os desafios da diversificação e da escassez de água. Os visitantes observaram a agrossilvicultura como um empreendimento para o qual famílias inteiras contribuem. Viram também cisternas ou depósitos de água, mais comuns nas regiões semiáridas do nordeste brasileiro, mas agora uma necessidade devido à alarmante dimensão da crise da água no sul. A ASSESOAR tem ajudado os agricultores a construir cisternas ou reservatórios como alternativa à perfuração de poços que reduzem os níveis de águas subterrâneas e põem em risco as fontes. Ao armazenar a água canalizada dos telhados ou de fontes ou mananciais protegidos durante as épocas de chuva, as cisternas não somente são mais baratas, mas também são mais sensatas.

O trabalho da ASSESOAR com as sementes nativas também impressionou. “Estou encantado de visitar Isac Miola e seu banco de sementes”, explicou Edgar Campbell da Associação de Organizações do Corredor Biológico Talamanca Caribe (ACBTC) da Costa Rica. A ACBTC, cujos agricultores são afrodescendentes, incentiva os princípios agroecológicos para a certificação orgânica do cacau e árvores frutíferas nativos. “Isac nos mostrou um tipo de milho ancestral recuperado na região, bem como outras variedades de sementes. É surpreendente o que eles têm feito para preservar nossa fonte de alimentos”. O compromisso da ASSESOAR com o aumento da produção de sementes livres de modificação genética e da contaminação química é o polo oposto à ênfase da agroindústria nas sementes transgênicas e pesticidas aplicados em escala maciça. Neste contexto, a ASSESOAR e outros membros de Ecovida desempenham um papel vital na preservação e reprodução da base genética para sistemas agroecológicos.

Os visitantes e o pessoal técnico também discutiram sobre comercialização, gestão de grupos produtores de café e cacau, defesa de direitos em foros políticos, certificação, educação e comunicação, papel dos jovens, desenvolvimento de redes e posse da terra, especialmente no que diz respeito a afrodescendentes e indígenas. “A oportunidade de aprender da diversidade cultural, social e ambiental de cada país por meio das pessoas aqui reunidas nos permite crescer como seres humanos”, afirmou Aluísio Marques, do Centro de Educação Popular (CENEP), situado no nordeste semiárido brasileiro.



Após a conferência da Ecovida, Genrao Calán Patzán, Edgar Campbell e Juan Luna visitaram campos em Francisco Beltrão onde os agricultores brasileiros têm recuperado variedades ancestrais de sementes.

Victor Hugo Morales, do Centro Campesino para el Desarrollo Sustentable (CAMPESINO) do México, tinha participado da conferência da Ecovida em 2012. Sua organização capacita agricultores mexicanos em conservação e no desenvolvimento de negócios baseados na comunidade. “O evento nos ajudou a organizar produtores e consumidores para cumprir a Lei de Produtos Orgânicos que estabelece as normas e requisitos para a certificação orgânica no México”, recordou Morales. “Nós também aprendemos a importância do papel de cada organização na cena política para assegurar que as vozes de nossas comunidades estejam sendo ouvidas”. A Conferência Ecovida 2015, fortalecida pelos intercâmbios, deverá ter um efeito multiplicador ao regressarem os participantes e compartilharem suas experiências, bem como ao manterem contato com organizações afins de todo o Hemisfério.

Juliana Menucci, de serviços locais e de assessoramento da IAF no Brasil. Para este artigo, a autora consultou o trabalho “Formação e Consolidação da Rede Ecovida de Agroecologia e a sua experiência de certificação participativa” de Luiz Carlos Rebelatto dos Santos, bem como publicações desenvolvidas com apoio da IAF: Coleção Tecnologias Ecológicas, da ASSESOAR, Vols. 1-4 (Francisco Beltrão, 2014); e Coleção Saber na Prática, de CEPAGRO, Vols. 1-4. (Florianópolis, 2013).

William M. Dyal

1928–2015

Na qualidade de presidente fundador, William M. Dyal construiu a Fundação Interamericana desde os alicerces. Mais de três décadas e meia depois, a IAF continua a funcionar como ele insistia em que deveria ser: comprometida com a justiça social, receptiva às ideias das pessoas organizadas e baseada na convicção de que, de fato, “eles sabem”. Sendo o mais velho dos três filhos de um trabalhador da estrada de ferro e de sua esposa, Dyal nunca esqueceu suas origens e como seus pais se sacrificaram para possibilitar que ele fosse o primeiro da família a frequentar a universidade. Veio à IAF do Corpo da Paz dos Estados Unidos e posteriormente dirigiu o American Field Service e a St. John’s University. Conhecido pelo pessoal como Bill, ele sempre será recordado na IAF por sua presidência inigualável que se estendeu de 1969 a 1979. Deixou sua esposa, Edie; suas filhas Cathy, Debby e Lisa; e nove netos, bem como os inúmeros profissionais inspirados por seu exemplo. Entre os presentes em seu funeral em 7 de fevereiro em Fredericksburg, Virginia, EUA, estava Steve Vetter, veterano da IAF cuja elegia recordou a liderança e as lições de Dyal.



Dyal com Mathews Unified Youth Group, donatário da Jamaica.

Steve Vetter

Bondade generosa e uma vida bem vivida

De Steve Vetter

Tal como sentimos a dor pelo falecimento de Bill Dyal e a profunda perda que significa para todos nós, também celebramos seu legado. Cada um de nós cresceu de forma incomensurável graças a ele. Como se explica o notável impacto de Bill Dyal por onde quer que passasse e trabalhasse?

Conheci Bill em meados da década de 1960, quando eu era voluntário do Corpo da Paz na

Colômbia e ele o novo diretor nesse país. Eu estava em um hospital de Pasto devido a uma perfuração no rim e febre alta, descuidado e esquecido até que ele chegou e se sentou comigo assegurando-me que tudo ia sair bem. Não creio que nenhum dos dois imaginasse que nossa amizade se estenderia por toda uma metade de século. Tenho uma dívida profunda com Bill. Muitas das coisas boas que me têm sucedido

podem ser atribuídas a ele. É para mim uma honra compartilhar as lições e espero levá-las adiante e também da forma como ele tocou a vida de muitos de seus amigos. Este é um desafio simplesmente porque há demasiado de Bill Dyal para ser captado por um único indivíduo. Não são muitos os homens ou mulheres em posição de liderança com as qualidades de um Bill Dyal.

A comunidade era o fio condutor do trabalho de Bill onde quer que estivesse: missões batistas, Corpo da Paz, IAF, American Field Service International e St. John's University. Ele tinha o raro talento de reunir indivíduos diversos com um propósito comum e então oferecer o ambiente adequado para resolver os problemas. Recordo vividamente quando chegou para assumir o cargo de presidente da St. John's University em Annapolis, Maryland, onde eu vivia naquela época. Por meio de diversos vizinhos que ensinavam em St. John's fiquei sabendo de que a universidade sofria de divisões, conflitos e rivalidades. "Nós não temos um sentido de comunidade acadêmica", comentou alguém. Esse mudaria com Bill Dyal. "Ele

causou um impacto enorme e duradouro na universidade durante o tempo em que esteve aqui", recordou Chris Nelson, que sucedeu Bill como presidente da St. John's. "Os professores gostavam dele e o admiravam; os estudantes o veneravam. Ele era tolerante, sensato, amigável e especialmente corajoso".

Bill manteve-se notavelmente discreto, apesar de sua considerável influência sobre a política exterior dos Estados Unidos para o continente americano. Cumpre lembrar que até a década de 1970 a ajuda externa dos Estados Unidos se canalizava por meio das relações entre governos. Não havia papel para as organizações não governamentais e muito menos um reconhecimento oficial de que os pobres trabalhavam juntas para resolver os problemas que as afligiam. Como presidente fundador da Fundação Interamericana, Bill pôde demonstrar que os pobres são capazes da autoajuda para melhorar suas condições por si mesmas. Uma das primeiras publicações que Bill introduziu foi *Eles Sabem*, que desafiou a visão estatista e de baixo para cima do desenvolvimento. "Bill pôde mudar realmente a direção do

Bill Dyal e família depois do juramento de Dyal como presidente da Fundação Interamericana em 1971.



Arquivos da IAF



Dyal no trabalho na IAF com seu pessoal sênior em 1972.

vento no tocante às políticas de cima para abaixo do Governo dos Estados Unidos e demonstrar como o desenvolvimento de baixo para cima podia produzir resultados”, explicou Tom Ramey que durante a presidência de Bill foi vice-presidente da IAF e posteriormente dirigiu a Liberty Mutual International.

Bill gostava muito de encontrar pessoas a quem considerava como uma joia bruta e apoiar seu talento e seu potencial para a liderança. Seu conselho era ouvir melhor e desenvolver a autoconsciência e a reflexão crítica que nos permite reconhecer ideias que já não funcionam. “Eu quero que saibam a diferença entre ouvir e escutar”, costumava dizer. “Deixem de lado tudo o que acham que sabem. Ponham-se atrás dos líderes comunitários e não na frente. E então nós poderemos estudar nossos passos seguintes”. Este foi o grande presente de Bill para mim, o qual ainda continua a produzir dividendos.

Eu observei Bill passar por algumas situações de enorme tensão. Ele simplesmente não tinha medo e sempre falava a verdade ao poder e na realidade a todos. Às vezes eu me perguntava se ele tinha alguma alergia ao medo. “Não deixem que o medo seja seu guia”, era uma de suas frases prediletas. Ele escutava com paciência quando alguém estava envolvido no

medo de que tudo pudesse sair mal. “Eu não quero que você se preocupe com isso. Deixe que eu cuida disso”, dizia ele, superando o medo e fazendo-nos avançar. Esta capacidade de superar as barreiras normais e conectar-se é um remédio poderoso em situações tóxicas, polarizadas. E penso muitas vezes que de fato Bill era, como comentou alguém, uma “bondade generosa”. Ele acreditava no poder da bondade e no respeito à dignidade essencial de cada pessoa.

Bill tirou seu princípio orientador das linhas bem conhecidas de um poema de Antonio Machado: “Não há caminho; cria-se o caminho ao andar”. Para ele, essas palavras significavam que as soluções surgem ao se procurar resolver os problemas. Em janeiro, eu fiquei sabendo que Bill tinha sido internado em uma casa de repouso. Fui a Fredericksburg para visitá-lo. Ele não podia abrir os olhos nem falar e então eu comecei a contar antigas histórias da IAF e a mencionar o nome do pessoal. Isto lhe provocou um leve sorriso e uma postura mais alerta. Então observei que eu tinha criado o Prêmio Machado em sua honra nos Companheiros das Américas e que o tinha utilizado recentemente para homenagear seis voluntários. Seus olhos se abriram plenamente; seguiu-se um sorriso; e ficou ainda mais alerta. Na parede em frente a ele estava uma placa de seu pessoal da IAF, com as palavras de Machado: “Caminhante, não há caminho”. Cada vez que um novo explorador pioneiro recebe o prêmio Machado, eu compartilho as lições da vida de Bill Dyal.

Entre os numerosos livros que Bill tinha em sua estante também estava um volume de obras de Robert Frost, cuja “Two Tramps in Mud Time” [Dois vagabundos em momentos difíceis] capta esse sentido de esforçar-se em tempos difíceis, esperando sempre algo melhor. “Somente quando o amor e a necessidade são uma única coisa, a obra estará terminada, por amor a Deus e pelo futuro”, conclui. Bill juntou o amor e a necessidade de forma significativa. A obra de sua vida, o conjunto de suas numerosas realizações, transcenderão a prova do tempo. Eles são por amor a Deus e pelo futuro”. Levemos adiante conosco seu espírito e seus numerosas lições.

Steve Vetter é presidente do Parceiros para as Américas. Fez carreira na IAF entre 1975 e 1996 como representante, vice-presidente de programas e presidente interino.

A liderança pioneira de Bill estabeleceu a IAF como um organismo diferente de ajuda externa dos Estados Unidos, comprometido com o apoio aos pobres como cidadãos protagonistas de sua comunidade e de seu país. Embora muito tenha mudado na América Latina e no Caribe, sua missão é tão importante hoje como o foi sempre e a IAF continua comprometida com a visão de Bill. Nós e os mais de 5.000 parceiros de base que a IAF tem apoiado nos últimos 45 anos nos contamos entre os herdeiros do legado de Bill de respeito e colaboração com algumas das pessoas mais pobres da região.—Robert N. Kaplan, presidente da Fundação Interamericana

O poema de Antonio Machado encapsula e irradia a vida de Bill. Seu caminho na vida se faz caminhando. Olhe para trás e verá o caminho que nunca mais será caminhado. Continue, siga em frente. E Bill o fez. É assim como entendo a amplidão de suas realizações, a gama de pessoas com quem fez amizade, sua disposição à aventura e a caminhar até o fim. Não quis fazer crer que isso era simples ou fácil. O poema é uma maravilhosa obra sobre as contradições que tornam o homem completo. Bill amava as lembranças e era romântico. Mesmo assim sempre tinha os pés firmemente plantados na terra, quase como se outra pessoa estivesse pragmaticamente ligada à verdade sem retoques. Isso nunca me deixou, juntamente com uma receptividade à mudança, uma insistência clarividente em tratar com as coisas como são, um sentido irônico do humor e uma atração incondicional para o talento.—Alberto Ibarguén ex-presidente da Knight Foundation; ex-chefe de redação do *Miami Herald*.

Bill foi um profeta de seu tempo, um guru, um visionário, uma pessoa decisiva, um homem do povo, um espírito livre. Demonstrou coragem moral, integridade e imaginação no cumprimento do mandato da IAF, liderando o caminho sobre como sermos responsáveis e receptivos na América Latina. Penso que muitos não criam que ele pudesse conseguir isso. Mas conseguiu. A IAF continua forte e a cultura e o espírito institucional que ele conformou permanecem presentes. Bill e eu compartilhamos apenas alguns de meus 36 anos com a IAF, mas o impacto em meus valores, aspirações e perspectivas foi profundo, pelo que sempre serei agradecido.

—Kevin Benito Healy, professor adjunto da George Washington University; ex-representante da IAF.

Para mim foi um enorme privilégio trabalhar sob a liderança de Bill. Esses anos moldaram meu enfoque no desenvolvimento e na vida. Fundamental ao enfoque de Bill era sua compreensão de que se alguém assume riscos, alguns empreendimentos vão fracassar. O importante era admiti-lo, reconhecer o que não funcionou e aprender disso. Independentemente do resultado, a resposta de Bill era “reagir sem exagero”. Uma das primeiras frases que recorde ter ouvido de Bill foi a seguinte: “O estilo é nossa substância”. Segundo recorde, essa mensagem era reforçada por uma política de inexistência de arquivos vedados, inexistência de documentos secretos.—Marion Ritchey Vance, ex-representante da IAF

Bill podia ver em mim coisas que eu não podia ver. Ele me revelou sua perspectiva sobre como eu podia crescer, estender-me, fazer mais para este mundo ser melhor e em seguida saiu do caminho para que eu agir. Neste mundo cínico, como se pode dizer que alguém como Bill é um grande ser humano sem criar suspeita? Quantas outras grandes pessoas conhecemos que foram na realidade monstros em seu próprio lar? Bill Dyal é o autêntico.—Hal Levin, especialista em arquitetura

Bill foi a influência mais importante na vida profissional de Doug e na minha e nós não conhecemos uma pessoa melhor em nossas quatro décadas em Washington, D.C. Como fez com tantos outros, ele nos mostrou como podíamos traduzir nossos valores pessoais em um apoio ao conhecimento, visão e esforços em prol da mudança de pessoas organizadas no campo em todo o mundo para promover a mudança. A meu ver, a crença hoje amplamente aceita de que as pessoas devem participar de todos os níveis do processo de tomada de decisões sociais e econômicas que as afetem provém da própria visão de Bill e da forma como ele a pôs em ação. Fomos muito afortunados — não é mesmo? — de o termos conhecido e tido a oportunidade de trabalhar com ele em uma idade tão sensível. Essa emoção e inspiração moldaram nosso trabalho posterior e perderam. Como não estarmos eternamente agradecidos pelo presente que ele nos deu?—Steve Hellinger

Quando você enfrenta interesses entrincheirados associados ao poder político muito real, em última análise você precisa de coragem para efetuar a mudança. Bill Dyal é um desses poucos visionários corajosos que também sabem como atuar e pôr em prática programas significativos que afetam a vida de pessoas reais.—Bill Moyers em “O Outro Caribe”, documentário sobre a IAF do Sistema Público de Radiodifusão (PBS).

Sumário

RELATOS DE SUSTENTABILIDADE

Módulos de Laticínios:

Uma ideia que sobreviveu o Sendero Luminoso

De Martin Scorrach e Custodio Bojórquez

Os tecelões de San Isidro

De Patrick Breslin

Desafiando o Rei dos Recifes

De Jenny Petrow, Ana Carmona, Azucena Díaz e Gabriela Boyer

FÓRUM PARA BOLSISTAS

Poetas, palhaços e tramitações:

Caminho entre a cultura burocrática no Brasil

De Anne Gillman

Sementes de luta na Colômbia

De Laura Gutiérrez Escobar

NA IAF

Rede Ecovida e além

De Juliana Menucci

IN MEMORIAM

Bill Dyal: Bondade generosa e ma vida bem vivida

De Steve Vetter